

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

-----No dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas 17.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, Salão Nobre do Município, sito em Edifício dos Gorjões, Largo de São João, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento);*-----
- 2. *Documentos Previsionais para os anos 2023-2027; (Apreciação, discussão e votação);*-----
- 3. *Medidas de execução do orçamento para o ano de 2023; (apreciação, discussão e votação);*-----
- 4. *Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2023; (Apreciação, discussão e votação);*-----
- 5. *Mapa de Pessoal para o Ano de 2023 (apreciação, discussão e votação);*-----
- 6. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Para conhecimento);*-----
- 7. *Contratação de empréstimo a MLP para a obra: Saneamento Lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira, até ao limite de 3,5 M €: Encargos plurianuais – Proposta; (Apreciação, discussão e votação);*-----
- 8. *Desafetação de domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno; (Apreciação, discussão e votação);*-----
- 9. *Pedido de autorização Contratos Interadministrativos com as Freguesias para o ano de 2023; (Apreciação, discussão e Votação);*-----
- 10. *Regulamento de Alienação de Lotes em Áreas de Atividades Económicas Programadas; (Apreciação, discussão e Votação);*-----
- 11. *Proposta final de ARU+ORU de Juncal e Relatório de Ponderação da Discussão Pública; (Apreciação, discussão e votação);*-----
- 12. *1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós:*-----
 - 12.1. *Proposta final; (apreciação, discussão e votação);*-----
 - 12.2. *Proposta de Ratificação; (apreciação, discussão e votação);*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário António José Jesus Ferreira e em substituição da Segunda Secretária, Dulce Maria Amado Custódio.-----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Deputada Não Inscrita), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal (PS), Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Manuel Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro, Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, Luís Miguel Louro Ferrária (PS) Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento e Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Rui Fernando Correia Marto, Paulo Jorge Nobre Pereira e Sofia Margarida Amado Pereira, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes.-----

-----Faltaram à sessão, Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, que foi substituída por Nuno Dinis da Silva Salgueiro, Rui Augusto Marques da Silva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pereira Neves (PS), que foi substituído por Norberto Feteiro, Pedro Lavado Gomes Vieira (PS) que foi substituído por Rita Isabel Santos Miguel, Liliana Carvalho Pereira (PS) que foi substituída por Jorge Filipe Monis Gomes e Félix Correia dos Reis (PSD) que foi substituído por Beatriz Mateus Coelho Guerra Simões.-----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezassete horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes na sala bem como todos os que estão a assistir a esta sessão, através das redes sociais. Esta assembleia municipal, vai reger-se pelo Regimento aprovado em 11 de fevereiro de 2022, estando a ser, como já foi referido, transmitida através das redes sociais. Seguidamente, passou a referir as faltas, dos deputados municipais, suas justificações e respetivas substituições conforme consta acima. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:------

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia deu-lhe a palavra, tendo-se inscrito para intervir Fátima Fonseca, Pedro Costa, Telmo da Conceição e Clara Rosa.-----

Fátima Fonseca:-----

-----"Boa tarde. Cumprimento a Presidente da Assembleia, o executivo e todos os presentes nesta Assembleia. Estou aqui hoje como mãe e como representante dos pais de uma das salas do polo educativo de S. Bento. Como é do vosso conhecimento, a nossa escola está com vários problemas. Desde fugas de água na caldeira de aquecimento, os móveis da cozinha encontram-se em estado de degradação, existem infiltrações provenientes do telhado o que faz com que caiam pingos de água no sistema de deteção de fumos, onde teve de ser colocada uma bacia a apurar água. O chão fica escorregadio e fica sem condições que permitam, que as crianças e os docentes, circulem e põem em risco a segurança e o bem-estar dos nosso filhos, auxiliares e docentes. Temos uma escola recente, que é uma vergonha para todos nós. Nestas condições, por falta de manutenção e por falta de interesse do executivo. Em conversa com a senhora vereadora, foi-me dito pela mesma, que esta obra está adjudicada e que será arranjada assim que as condições do clima o permitam. Perante isto, gostaríamos de saber qual a empresa e a data de início das mesmas. Deve estar prevista uma data. Uma vez que o assunto já é antigo, e já foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

visitado por alguns vereadores. Estamos apenas a lutar pelos direitos das nossas crianças, aprenderem em condições que lhes permitam atingir todo o seu potencial. Perante isto, queríamos uma resposta. Desejo a todos um Feliz e Santo Natal. Obrigada."-----

-----**Pedro Costa:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que apenas queria colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara e que têm a ver com algumas coisas da terra onde reside, que é em Alvados. "Quería perguntar, em relação ao Centro de Atividades ao Ar Livre, que tinha uma abertura prevista para este ano, o que é que se está a passar para toda esta demora, se há alguma data prevista e que atividades é que pretendem levar a cabo. Quería perguntar também, em relação ao abastecimento de água, na zona alta de Alvados. Sabemos que foi adquirida uma bomba de pressão para levar a água à zona mais alta, mas neste momento, o conhecimento que temos é que a situação ainda não está resolvida, e pretendo saber em que situação se encontra e para quando prevê também essa resolução. Sabemos também que os valores que a Junta recebe são relativamente poucos. Há uma situação relativamente ao Centro Hípico, uma declaração de interesse público que é necessário ser passada pelo Município, saber como é que está essa situação. Em relação ao Miradouro ou zona de contemplação de Alvados, junto à entrada das Grutas de Alvados, se continua à espera do parecer, se a situação se mantém em tudo igual ao ano passado. Se há mais alguma coisa prevista para o saneamento de mais algumas ruas da nossa localidade. A situação da entrada da Fornea, com estacionamento que estava para ser previsto, mesmo à entrada da Fornea, também se continua sem se ver nada, como é que está essa situação. E queria pedir, se há alguma possibilidade de o VAMÓS, poder fazer uma deslocação, à sexta-feira de manhã, à zona de Alcaria, Alvados, Barrenta, Mira de Aire, para buscar pessoas para virem ao mercado de Porto de Mós e depois, por volta da hora de almoço, se se conseguia fazer uma volta de retorno para levar essas mesmas pessoas, visto que há muita gente que gostaria de vir aqui ao mercado e que não tem possibilidades e se esse serviço poderia facilitar essa deslocação. Boas Festas para todos. Um Santo e Feliz Natal. Obrigado."-----

-----**Telmo Conceição:**-----

-----"Boa tarde. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal, e na pessoa da senhora Presidente cumprimento todos os presentes, e quero dizer o seguinte: esta minha intervenção vai ser curta, muito breve, mas como cidadão, não podia deixar de a colocar. Se se recordam, eu, na Assembleia Municipal de abril, na sessão de abril, levantei uma questão que me diz respeito. Como sabem, estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril. Eu coloquei um projeto, ou uma ideia à senhora Presidente da Assembleia, inclusive ao executivo, a construção de uma estatueta de homenagem aos militares de Abril. Eu queria perguntar ao senhor Presidente, e eu na altura referi que a colocação daquela estátua no local onde está, é provisória, continua a ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

provisória, e quero perguntar ao senhor Presidente, se o Município pretende fazer, enriquecer o memorial do 25 de Abril, aqui do nosso concelho. Estou disponível, como sempre estive, e sem o 25 de Abril, nós neste momento não estaríamos aqui como estamos, vivendo a liberdade, discutindo ideias, progredindo, e fazendo com que o nosso concelho seja melhor. Estou convicto de que o Município irá munir-se das pessoas e de ideias que façam uma comemoração digna e de respeito e que fique na memória de todos. Aproveito para desejar boas festas a todos, um Santo e Feliz Natal e um Ano próspero para todos nós. Obrigado."-----

-----**Clara Rosa:**-----

-----"Boa tarde a todos, cumprimento a senhora Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, todos os vereadores e vereadoras e restante público. Eu venho da escola de S. Bento, também. Sou representante da outra sala e faço minhas as palavras que a minha colega disse, mas queria acrescentar, e vinha questionar, porque eu enviei um mail à senhora Vereadora com todos estes problemas e mais alguns, e não obtive resposta, e vinha perguntar para quando a requalificação do pavimento exterior que temos na escola de S. Bento, que é feito por placas quadradas de borracha, que estão deterioradas, algumas até já desapareceram com o vento e a chuva, há espaços entre elas, já houve alguns acidentes, não muito graves, felizmente, com as crianças, porque correm, saltam, enfiam o pé, e pronto... Queria saber se poderiam fazer alguma coisa para que não hajam acidentes mais graves a esse nível. E pronto, era só isto. Resta-me desejar um feliz Natal a todos e que para o ano de 2023, que consigamos algumas melhorias naquela escola, que está de facto a necessitar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes após ter cumprimentado todos os presentes. Respondendo à primeira intervenção, de Fátima Fonseca e também à de Clara Costa, disse o seguinte: "é para nós bom, vermos a preocupação com a escola de S. Bento, uma escola que já esteve para fechar por falta de alunos, e uma escola que tem vindo a ser intervencionada, aos poucos, é certo. Neste momento, há uma empresa que foi fazer o levantamento de todas as necessidades. A questão da caldeira está resolvida, é bom que se diga também aquilo que já foi feito. A empresa só vai para lá quando estiver mesmo bom tempo. Perguntou-me qual a empresa e esta chama-se Beato & Beato, a quem nós contratámos. Tem também intervenção nesta área das impermeabilizações. Já relativamente à requalificação da parte exterior, foi feita uma avaliação do estado, pelo nosso Coordenador da Proteção Civil, que nos informou de que o estado não é ótimo, mas também não está assim tão mau. Vamos ver como é que vamos fazer a intervenção, porque já não se usa aquele tipo de piso, nalguns países até já se usa areia. São opções. Em termos de recreio há vários modelos no concelho e portanto vamos ver qual é que vai ser a intervenção e vamos ver se conseguimos em simultâneo com a outra intervenção, mais no início do ano, se tivermos confirmação de que o tempo vai mesmo ficar bom.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que é certo, é que vai ser intervencionada. Claro que vai, não tenham dúvidas sobre isso. Relativamente à intervenção do Pedro Costa, dizer o seguinte: estas questões são sempre bem-vindas, mas são questões que a senhora Presidente da Junta nos tem colocado e que, com certeza, terá fornecido algumas delas na última Assembleia de Freguesia, nomeadamente a questão do valor. O valor, nós temos um concurso público da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, em curso, que prevê a ligação a outras freguesias. Neste momento, o VAMÓS tem um conjunto de rotas definidas, autorizadas pela entidade reguladora e são estas que temos de cumprir, debaixo de um contrato. A partir daqui, todas as alterações que fizermos, têm de ser conjugadas com a entidade que licencia as tais linhas. Não há neste momento condições para o fazer avulso, uma vez que está em curso o tal concurso internacional da Comunidade Intermunicipal, onde nós já prevíamos reforçar a questão do transporte urbano aqui de Porto de Mós. Relativamente ao Centro de Atividades ao Ar Livre, agora vai ser o Centro de Interpretação do Território do Parque Natural, nomeadamente informação e divulgação do geo sítio, mas também de tudo aquilo que está ligado ao turismo ativo e de natureza no nosso território. Quando falo do nosso território, falo do território do Parque Natural, ou seja, este Centro interpretativo é do território, aliás, algumas das características deste território, pela sua biodiversidade, justifica ter este Centro Interpretativo, podendo considerar-se como um dos primeiros passos para o futuro geoparque de Aire e Candeeiros. No próximo domingo, iremos apresentar aqui um livro sobre líquenes e musgos muito frequentes nos territórios de Alvados e Alcaria. A água para a zona alta de Alcaria vai acontecer agora no início do ano. Já temos o projeto, vamos avançar com a adjudicação. A zona de contemplação de Alvados está exatamente como antes, está a aguardar parecer do ICNF. A entrada da Fornea, teve um parecer desfavorável do ICNF. O ICNF vai, entretanto publicar a recondução do Plano do Parque, e com essa recondução, parece-me possível podermos avançar para a obra. Como já referimos aqui, já adquirimos os terrenos necessários, até mais do que aqueles que eram necessários, mas foram adquiridos, e portanto agora aquilo que temos que fazer é avançar com o procedimento, até porque esta chamada entrada da Fornea, está integrada numa candidatura a fundos comunitários do 2020, que foi reprogramada e que termina em meados do próximo ano. Relativamente ao Centro Hípico de Alcaria, para a senhora é fácil dizer que falta um documento da Câmara. Não custa nada dizer isso. Mas a bola está sempre do lado da senhora, não está do nosso lado. A Câmara entregará o documento de utilidade pública a uma entidade que prove que é uma entidade pública, que merece ser. Quando o Centro Hípico de Alcaria vier de uma forma diferente, manifestar a vontade de ser, efetivamente, uma entidade que merece reconhecimento público, nós cá estamos para o fazer. Aquilo que neste momento está em cima da mesa, não é nada que responsabilize o Município de Porto de Mós, e eu estou muito à vontade para dizer isto. A Junta de Freguesia é proprietária do edifício. As condições em que a atual arrendatária do imóvel lá está, não são do meu conhecimento. Aquilo que eu conheço, é o que foi feito, relativamente ao pedido de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

utilidade pública. E isso não é suficiente para que o executivo e esta Assembleia entregarem esse documento. Relativamente a Telmo Conceição, eu por acaso, pensei que esse assunto da estátua estava encerrado, a partir do momento em que foi colocada onde está, e por ser um assunto que eu não domino, que não fui eu que tratei, pedia ao senhor Vice-Presidente se ele quer dizer alguma coisa sobre esta matéria."-----

-----O senhor Vice-Presidente e Vereador do Pelouro da Cultura, usou da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer: " Relativamente à estátua, a estátua, para nós perdeu o momento. A partir do momento em que o senhor Telmo resolveu pô-la no seu quintal, adulterou todo um projeto que existia, adulterou a estátua e fê-la à sua conta e medida, deixou de fazer do que a gente tinha previsto para as Comemorações do 25 de Abril. As Comemorações do 25 de Abril têm uma Comissão, essa Comissão é presidida pelo Dr. Luis Amado, tem um conjunto de iniciativas durante estes dois anos e neste espaço, não equacionamos voltar a mexer num assunto, que por nós, já tinha sido completamente esquecido, porque a partir do momento em que, e como tive oportunidade de lhe explicar naquela altura, e o senhor também sabe como é que foi o processo, para nós deixou de fazer sentido retomar uma coisa que já não existe. Vamos ter sim, um conjunto de pessoas de nível nacional, e iremos apresentar no dia 9 o programa para estes dois anos e o que é que vai acontecer para comemorar dignamente o 25 de Abril, e porque nós sempre quisemos e tivemos essa perspetiva, por isso temos um conjunto de iniciativas que já não estão propriamente nesse momento. Iremos marcar de outra forma, com outros assuntos e por isso para nós esse assunto estava esquecido."-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** :-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a discussão **a ata nº 5 de 2022**, realizada em trinta de setembro, perguntando se alguém queria intervir sobre a mesma.-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que apenas queria chamar a atenção para uma incongruência que verificou, e que é o facto de Líliana Pereira estar a constar como faltando, no texto da ata, a mesma aparece como interveniente.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia referiu que o lapso iria ser corrigido, porque efetivamente Líliana Carvalho Pereira esteve presente na sessão a que a ata se refere, colocando depois a mesma a votação com a presente alteração, e sendo a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Iniciou a sua intervenção cumprimentando a senhora Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa, todos os presentes. "Gostaria de congratular o executivo pela colocação das duas antenas de telemóvel em S. Bento que são instrumentos fundamentais para as comunicações e é necessário salientar que, quando as pessoas querem as coisas acontecem e as comunicações são um direito que toca a todos. No entanto, entristece-me que as antenas tenham sido colocadas em terrenos privados, quando a poucos e escassos metros, e quando digo escassos digo cinco a dez metros, existem terrenos baldios. As rendas destas antenas constituem uma fonte de receita importante para a Junta de Freguesia que já tem poucas receitas. Assim gostaria de questionar o atual executivo sobre o motivo pelo qual a Junta de Freguesia não foi contactada e pelo qual não foi ponderada a decisão de colocar estas antenas em terrenos baldios, adicionando assim uma fonte de receita para a Junta de Freguesia. Obrigado a todos."-----

-----**Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Deputada Não Inscrita):**-----

-----"Cumprimento a Assembleia na pessoa da senhora Presidente, cumprimento extensivo a todo o executivo municipal na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, cumprimento ainda todos os deputados municipais, Presidentes de Junta, público, funcionários e comunicação social, aqui presentes. Nesta quadra, que se pretende de amizade e companheirismo, não posso deixar de ressaltar, esperando que com o presente reparo, não se volte e repetir, os documentos que instruem esta convocatória, não a acompanharam. Por este motivo e apenas por que me foram disponibilizados às 23 horas do dia 14 de dezembro, a análise aprofundamento e estudo, foram claramente comprometidos. Sugere-se com esta chamada de atenção, algum rigor nos critérios de envio, com a antecedência mínima de, pelo menos, cinco dias. Continuando, gostaria de deixar aqui a informação para aqueles que possam não saber, que existiu uma proposta, que partiu de um grupo de cidadãos de Arrimal, que pela iniciativa tentaram desanexar as freguesias de Arrimal e Mendiga, nos termos previstos pela Lei 39 de 2021, de 24 de julho. À semelhança do que aconteceu noutras freguesias deste concelho, a proposta não foi aprovada em Assembleia de Freguesia, tendo embora, e acredito estarem no direito de protestar identidade e independência, mas contra factos não existem argumentos. No artigo 7º dessa mesma lei, o número de eleitores da freguesia que se pretende desanexar, não pode ser inferior a setecentos e cinquenta, o que claramente não cumpriu os requisitos para a sua aprovação. Posto isto, criou-se a meu ver, um lamentável clima de críspação em torno da população desta União de Freguesias, o que, ressalvo, naturalmente, a meu ver, foi lamentável. Poderíamos começar por falar de um possível referendo, onde pudessem ser ouvidos todos, Mendiga e Arrimal e todos os lugares da União, o que não aconteceu. A minha tese é, e sempre será, que a união faz da força. Unidos devemos lutar para a obtenção de melhores condições para a União de Freguesias e mais e melhores condições, será sempre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prioridade da população. Aproveito ainda para enaltecer o evento de atletismo da Mendiga, que se realizou no passado dia 27 de novembro e que revelou o sucesso com o número de participantes a ascender às três centenas. Trata-se de um evento que dinamiza e enaltece, não só a União de Freguesias mas também o concelho de Porto de Mós. Ressalva-se com especial ênfase e congratula-se o executivo municipal com os resultados obtidos num estudo realizado pelo Politécnico do Cávado e Ave, da responsabilidade do Centro de Investigação de Contabilidade e Fiscalidade, com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados, que num total de trezentos e oito municípios, ocupa o trigésimo sexto do ranking. A par deste lugar, destaca-se ainda o décimo lugar para o município com melhor passivo por habitante, vigésimo quarto lugar com maior índice de dívida total, trigésimo, menor volume de juros com encargos financeiros pagos e trigésimo segundo lugar com maior equilíbrio orçamental. Por fim, nesta quadra natalícia, quero desejar a cada um dos presentes um feliz e Santo Natal e desejar os votos de um próspero ano de 2023."-----

-----**Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD):**-----

-----"Muito boa tarde, cumprimento a senhora Presidente da Assembleia e na sua pessoa a Mesa, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, senhores funcionários da Câmara Municipal, demais pessoas presentes e as pessoas que nos acompanham também nas redes sociais. Venho aqui apenas questionar três ou quatro assuntos, que são questões que são reiteradamente colocadas em Assembleia de Freguesia, e como vamos ter Assembleia de Freguesia na próxima segunda-feira, achei por bem, questionar aqui para ter, de alguma forma, respostas para quem nos solicitar. Além daquilo que vou referir, tem a ver com as demolições realizadas, já aqui foi dito que reabilitar não é demolir, no entanto não é esse o meu entendimento, para regenerar, muitas vezes temos que fazer demolições, e as que foram realizadas em Mira de Aire, em nosso entender, foram bem realizadas, no entanto, o tempo que decorreu entre as demolições e agora a sua regeneração, é que tem causado aqui alguns embaraços e alguns transtornos e alguma agitação. Questiono então, relativamente às bolsas de estacionamento, nomeadamente em frente da Palmeira e também no Largo da Igreja, que foi a última situação que ocorreu, e que percebo que foi muito recente, mas também devido às chuvas e ao tempo que tem ocorrido, encontra-se num estado, um bocadinho difícil. Depois, a Travessa da Papoila. A Travessa da Papoila é um assunto que já tem algum tempo, e que entendemos que não é uma mera obra de estética, e que há ali uma complexidade em termos de escoamento e encaminhamento de águas pluviais, no entanto, como já tem algum tempo, seria necessário e gostaria aqui de perceber, qual é a previsão para o início de obras. Saliento também que tanto a Travessa da Papoila como o parque de estacionamento em frente à Palmeira, causam algum perigo, ou têm ali algumas condicionantes, para a segurança de pessoas e bens. Também as outras duas situações tão sobejamente faladas é o Campo da Fiandeira, que pretendo saber em que situação estamos e qual foi a evolução, assim como a instalação da média superfície, se há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novas negociações e desenvolvimentos. E portanto, estas eram as questões que tinha aqui referentes a obras. Tenho aqui de parabenizar, que me foi solicitado por várias pessoas e foi dito várias vezes, o executivo, pela implementação do cartão de saúde, porque foram já várias pessoas que o utilizaram e nomeadamente uma das suas valências, que é o facto de incluir domicílios. Essa é uma valência do cartão que muitas pessoas apreciam e que por via disso, me comunicaram pessoalmente para o fazer aqui. “ Terminando, desejou a todos um bom Natal e um excelente Ano Novo.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo: “Senhor Presidente, há um provérbio que diz “quem não se sente não é filho de boa gente”. E então eu tenho de voltar a falar no assunto. Quanto àquela casa, ao lado da Igreja do Juncal, o senhor disse-me que era caríssima, que estava fora de questão. Mas aquilo, deve ter perto de trezentos metros, mas quanto àquilo que o senhor pensa já não é caro. A casa na Corredoura, quarenta e sete mil euros, duzentos metros, aí já foi barato. Mas tem que pensar que todo o concelho paga impostos, não é só Porto de Mós.” Referiu-se depois ao facto de estarem umas grades no Juncal, no Largo João Coelho, há sete ou oito meses. Tendo falado com o Presidente da Junta de Freguesia este disse-lhe que elas eram responsabilidade da Câmara Municipal e não da Junta e que aquela iria resolver. Até agora continua tudo na mesma. Terminando, disse ainda que na Rua Casal da Eira, tendo já sido construída uma casa e está pronta, a Câmara fez o muro de suporte de terras e nunca mais resolveu o problema do alcatrão, não tentando sequer pôr aquilo minimamente em condições.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----“Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia, a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados, comunicação social e público em geral e para quem nos está a assistir on-line. Em primeiro lugar, começo por felicitar o facto de voltarmos de novo à nossa casa. É sinal de que os tempos da pandemia estão mais mitigados e é bom sinal para todos nós portomosenses e para o país em geral. Depois, quero dizer que saiu recentemente, Porto de Mós entra para o ranking dos municípios com maior equilíbrio orçamental, a novidade é que entra diretamente para trigésimo segundo lugar, a nível nacional. Entre trezentos e oito municípios, o nosso estar em trigésimo segundo lugar, sendo o nosso município de média dimensão, acho que deve ser um orgulho para todos nós enquanto deputados municipais, Presidentes de Junta e autarcas. Depois, tenho que salientar que é possível haver por parte da Câmara uma sustentabilidade financeira, até está previsto em orçamento um reforço dessa sustentabilidade financeira, e portanto é possível coexistirem a sustentabilidade financeira, a realização de obras e o apoio às pessoas, e isso para nós, Partido Social Democrata, é um motivo de regozijo, porque no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passado havia teorias que diziam que estas três situações coabitarem, não era possível. Depois, também, queria congratular a senhora Presidente da Junta de Alcaria e Alvados e a Câmara, obviamente, pela obra que há muito era ambicionada que era a requalificação do rio Cabrão, porque a obra está contextualizada no meio ambiente, houve uma preocupação ambiental, houve uma preocupação também com a natureza e está também, esteticamente, muito bonita. Por isso é de louvar a realização dessa obra para a freguesia mas em particular também para o nosso concelho, é mais uma mais-valia a atrair futuramente pessoas ao nosso concelho. Depois também, reitero aqui as palavras da Cristina no tocante ao seguro de saúde. São várias as pessoas que dizem que beneficiam do seguro de saúde, mesmo recorrendo a médicos que não são do concelho ou que não dão consultas no concelho, ou recorrendo a médicos da especialidade, as consultas são muitas vezes metade do custo inicial e portanto foi uma situação que em boa hora o executivo decidiu concretizar. Depois, já que estamos na Saúde, gostava senhor Presidente, de saber se há alguma novidade no âmbito do problema que tem surgido no nosso concelho quanto à falta de médicos de família, e para já era tudo. Obrigada."-----

-----**Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS):**-----

-----"Boa tarde. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, todos os presentes. Tem sido dada pelo senhor Presidente como justificação para a não existência de iluminação de Natal, a contenção de consumo de energia elétrica, gostaria de saber se fizeram realmente uma estimativa de quanto se iria poupar, se essa poupança justifica ou não a quebra do espírito de Natal. Em algum momento avaliaram o impacto negativo que esta decisão iria provocar no comércio local, numa altura de desânimo, dificuldades, estado de tristeza global, as pessoas precisam de sentir o espírito natalício, a música na rua, o brilho das luzes...sentir o Natal. Como é óbvio, acabam por se deslocar a concelhos vizinhos em busca dessa alegria e conforto, fazendo lá as suas compras. E é assim que queremos atrair pessoas para a nossa terra? Percebo a contenção de consumos, se a iluminação estivesse menos horas acesa, houvesse menos exageros, como o túnel, como os plátanos todos forrados com luzes, mas decidir não fazer nada? Alegando com isso uma poupança de quinze mil euros? Quando por exemplo, só neste ano, na cafetaria do Parque Verde, foram gastos sessenta mil euros que não estavam previstos no concurso, porque era suposto apenas o equipamento que lá estava no concurso e já foram gastos sessenta mil euros. Onde é que está a estratégia de desenvolvimento? Prejudicar muitos, beneficiando alguns? Não sei, se, como disse à comunicação social, os nossos comerciantes serão assim pessoas tão compreensivas! Penso que esta decisão foi tomada para fazer face à crítica geral da redução da iluminação pública, para que o sentissem como um concelho exemplar que tudo tem feito para seguir a recomendação do Governo na poupança de energia. Agora pergunto, depois de sentir a contestação global com a falta de espírito natalício, voltaria a tomar a decisão? Ainda acredita que o comércio não vai ter uma quebra de vendas devido a esta falta de espírito natalício? É tudo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para já.”-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes, começando por responder ao deputado Samuel Costa, nos seguintes termos: “Queria relembrar que quem instala as antenas é uma empresa privada, que face à dificuldade em encontrar espaço no nosso PDM, que é muito exigente, antes de vir ter connosco, e depois de se conseguir que o concelho tenha uma cobertura minimamente eficaz e que permita sobretudo que as operadoras tenham condições para operarem onde quiserem, e é esse o caso, um dos sites, penso que é de uma operadora específica, mas a outra antena vai ficar disponível para três ou quatro operadoras e portanto, passamos a ter também em S. Bento, essa diversidade. Nós, em determinado momento, decidimos, sem ser necessário ou obrigatório, perguntar aos senhores Presidentes de Junta se concordavam com a localização, naturalmente, sem vínculo nenhum, e a Junta de Freguesia de S. Bento deu parecer desfavorável, e aquilo que eu disse à Junta de Freguesia de S. Bento e o que disse à empresa é que a Câmara não se podia meter nisso, e a empresa fez um requerimento a perguntar à Câmara onde é que estava na lei, que o parecer da Junta era vinculativo, e nós tivemos que licenciar o que estava licenciado, como o fazemos em todos os sítios. Colocar uma antena é como fazer uma casa. Carece de licenciamento e portanto, nem em todos os sítios é passível de ser licenciado, e ali foi licenciado porque achamos que é muito mais importante servir toda a população do que que pura e simplesmente ter uma operadora a abandonar de a colocar ali. E volto a dizer, se noutros locais é interessante sob o ponto de vista económico, fazer estes investimentos, como facilmente se percebe, em S. Bento, não é o sítio onde o retorno financeiro será o mais próspero, antes pelo contrário, os clientes não são muitos e portanto parece-nos que é muito importante, independentemente de tudo o resto, que S. Bento venha a ter rede de comunicações em condições, que efetivamente não tinha. Agora tem fibra ótica, e de repente, em menos de quatro anos, passou a ser uma freguesia, como disse, e bem, igual às outras. Relativamente à Sandra Sousa, queria só dar aqui uma nota, que me parece que é importante referir. Tudo aquilo que vivemos, durante estes quatro anos, a União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, depois o viver este processo de tentativa de separação das duas freguesias, parece-me, tendo em conta até, e posso dizer isto com conhecimento de causa, as pessoas são inteligentes e sabem ver aquilo que é melhor para elas e tenho a certeza que esta pseudo guerra que aconteceu durante este mês e meio vai ser esquecida com facilidade, até com mais facilidade com que nós pensamos e vamos com certeza ter Arrimal e Mendiga a prosperar como é a nossa ambição. Nós, temos inclusive, mapeado para o próximo quadro comunitário, uma extensão de saúde única, e se eventualmente se separassem, iríamos ter uma extensão de saúde para as duas novas freguesias. Não me parece que seja esse o problema, o que vamos é trabalhar. O Presidente da Junta é presidente da União. Relativamente à questão colocada pela Cristina Vilaverde, de facto, este ano, foi um ano em que nós tivemos que abandonar algumas coisas. O

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parque da Palmeira vai ser recuperado no início do próximo ano. O Largo da Igreja, já foi feito o levantamento topográfico, já foi lá um arquiteto paisagista para fazer o enquadramento de todo o Largo da Igreja, e depois vamos ver em que condições é que vamos progredir. A Travessa da Papoila, foi feita uma avaliação e está muito pior do que aquilo que imaginávamos, e portanto, ao contrário do que estava inicialmente previsto, de que iria ser feito pelos nossos funcionários, não vai ser possível. Em princípio, a empresa que vai fazer o parque, vamos ver se está em condições de fazer também este trabalho. O Campo da Fiandeira, a seguir, na apresentação do Orçamento, vou falar do Campo da Fiandeira, de todo o modo, está na mesma, como estava. Da parte da Autoridade Tributária está disponível para ceder ao município, da parte do Instituto Financeiro da Segurança Social, completamente indisponível. Sobre a média superfície, uma delas vai tomar uma decisão em Abril, a outra, fez uma manifestação escrita de interesse e estamos a aguardar. Sobre a questão de Joaquim Santiago, nós comprámos na Corredoura, por quarenta e oito mil euros, quinhentos e vinte metros quadrados e que inclui, a cedência também de trezentos metros quadrados ao lado do Castelo, mais seiscentos e trinta e cinco metros em S. Jorge. Portanto, foi isto que adquirimos por quarenta e oito mil euros. Volto a dizer, o outro senhor, eram não sei quantos metros, não eram duzentos nem trezentos, por sessenta e cinco mil euros, salvo erro. Sobre a questão da Rua do Casal da Eira, nós fizemos o alargamento da rua, a rua vai levar calçada grossa, vai ser arranjada. Sobre a questão da grelha, a grelha está a ser feita, as obras terminaram agora e logo que fique concluída, ela será colocada. Olga Silvestre, sobre a falta de médicos, nós continuamos aqui com um problema, que infelizmente não conseguimos ter resposta e como se diz na gíria, é um lençol curto de mais. A última novidade que tivemos, é que, como sabem, recebemos aqui um médico enquadrado num processo de vagas carenciadas, que foi uma resposta a um pedido nosso, ainda do anterior Secretário de Estado, Dr. António Sales, mas a novidade que tivemos é que esse médico vai-se embora. O médico, que agora está de baixa, fez um pedido oficial para poder ir em mobilidade para a Figueira da Foz, que penso que é a terra dele. Este médico, está a ganhar 40% a mais, com o vínculo a Porto de Mós, por cinco anos. Portanto, quando nós temos este tipo de coisas, imaginem, como é que nós vamos conseguir criar condições, ou estabilizar o quadro de médicos no nosso concelho. Temos uma nova coordenadora, vamos ter uma reunião com ela no próximo dia 22 e vamos esperar que daqui saia algo mais do que aquilo que temos. E lá voltamos outra vez, as populações mais desfavorecidas, com mais dificuldades de mobilidade, são exatamente aquelas que continuam sem médico de família. Estamos também num processo iniciado para a criação de uma unidade local de saúde, que é um novo modelo que envolve todos os profissionais de saúde da região, onde se inclui o hospital, o hospital de Leiria neste caso, é um processo que está já com muito trabalho criado e que esperamos que nos próximos seis meses, tenha já respostas efetivas. Vamos ver como é que vai funcionar, até porque podemos continuar a dizer que a Saúde no concelho continua a duas velocidades, porque felizmente a USF Novos Horizontes, continua a funcionar normalmente. Sobre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão da iluminação do Natal, eu pedia que não se fizesse confusão com a cafetaria. Para a cafetaria foi feito um concurso, e a cafetaria não estava em condições de nada, para poder ser alugada, e portanto, tinha de ser arranjada, como aliás, fizemos nós e fez o anterior executivo, em relação a situações deste género, como foi por exemplo com o edifício das piscinas, e portanto eu não queria que fosse comparada uma coisa com a outra, porque uma coisa é a iluminação de Natal e outra coisa são as obras na cafetaria. Eu queria dizer o seguinte: a iluminação de Natal, quando foi decidido pelo Município de Porto de Mós, recebemos uma Resolução do Conselho de Ministros em que havia um claro objetivo pedido para redução de 15% na energia. E nós implementámos um conjunto de regras para redução da energia elétrica, onde se inclui a redução do horário da iluminação pública. E nessa altura, nós fizemos aquilo que nos competia fazer, tomar decisões. E uma das decisões que tomámos, foi não avançar com a iluminação do Natal. E fizemo-lo em conjunto com outros municípios, não importa, a nossa decisão manteve-se, outros nem tanto, mas esse não é um problema nosso. Nós decidimos assim, e entendemos que decidimos de uma forma correta. Quanto à questão dos comerciantes, eu tenho um respeito imenso pelos comerciantes, aliás nós estamos envolvidos numa candidatura para beneficiar exatamente o comércio local, ficou em primeiro lugar no distrito de Leiria, foi a melhor candidatura apresentada, é uma candidatura diferenciadora e tenho a certeza que vai valorizar muito a envolvente do comércio em Porto de Mós. Mas nós temos que nos lembrar de duas coisas: em primeiro lugar, estamos a falar apenas da vila de Porto de Mós, não estamos a falar do concelho de Porto de Mós, e a vila de Porto de Porto de Mós, tem sim algum comércio local, mas que não se manifestou na altura, no sentido de poder ser parceiro para fazer, como por exemplo fizeram, os Quarentões de Mira de Aire. Vieram pedir apoio, nós demos apoio, e os Quarentões de Mira de Aire, colocaram iluminação por sua conta. É uma questão de princípios, e nós também temos de ter princípios. Por outro lado, eu não posso deixar de lembrar que o Município de Porto de Mós, este ano, organizou mais uma vez o Black Friday, tendo aderido 21 comerciantes. Nós trouxemos para cá três ou quatro grupos do concelho para animar a vila, para entrarem nos comércios, como aliás, tem sido o hábito em anos anteriores, e depois das sete horas, infelizmente, só estavam seis comerciantes abertos. Os outros, não quiseram abrir. Já tínhamos tomado a decisão, não sei se foi por isso, ou não. O comércio local precisa de estímulos, sem dúvida, mas também nós precisamos de estímulos do comércio local. Nós precisamos de perceber se vale a pena investir. Nós temos investido e continuamos a investir no comércio local. Eu quero relembrar que em 2017, pela primeira vez, se fez o Natal Encantado e se iluminaram todas as ruas da vila e nesta Assembleia Municipal eu fui apontado que ia levar o Município à falência com tanta festa e com tanta luz. Agora chamam-me a atenção pelo facto de termos decidido, num tempo em que estamos a viver uma crise energética profunda, ainda ontem, a senhora Lagarde anunciou a possibilidade efetiva de no primeiro trimestre do próximo ano faltar gás, e faltando gás, sabem o que acontece à nossa energia. Uma parte significativa é produzida a partir de gás e vamos ter certamente problemas. Dir-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

me-ão, mas uma agulha num palheiro não faz a diferença. Acredito que não, não era a poupança de Porto de Mós. Mas também somos eleitos e estamos aqui com a responsabilidade de dar exemplos. Quisemo-lo dar, não contra ninguém, mas sobretudo, protegendo e dizendo àqueles que reclamam connosco pelo facto de a iluminação pública se desligar ainda de noite, ou por aqueles que reclamam connosco pelo facto de a iluminação pública acender meia hora mais tarde do que o pôr-do-sol, e que são prejudicados por isso, quisemos dizer que este ano a iluminação de Natal, era aquela que foi. E portanto, era esta a nota que eu lhe queria dar. Sobre a questão, se tomava esta decisão, com certeza que se houver uma crise energética seremos Porto de Mós e serão os outros todos a tomar esta decisão. Este ano não foi assim, há outros que têm outras opiniões e nós respeitamos, mas esta foi uma tomada de posição colegial".-----

-----A senhora Presidente da Assembleia usando da palavra respondeu a Sandra Sousa, Deputada Não Inscrita, dizendo que acha que o que esta quis dizer se relaciona com o ponto 13 da Ordem de Trabalhos, porque todos os outros documentos que lhe servem de suporte, foram enviados no dia 6 de dezembro.-----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que a correspondência recebida foi enviada aos senhores deputados. Disse depois que queria agradecer à Câmara Municipal o convite que foi feito a todos os membros desta Assembleia para estarem presentes no Jantar de Natal. Disse depois que gostaria de colocar aqui uma questão. Antes do COVID 19, esta Assembleia Municipal tinha mostrado interesse em fazer uma visita à Assembleia da República. Nesta altura essas visitas já são possíveis e portanto iremos fazer circular uma folha por todos os deputados municipais que estejam interessados em participar para que se possam inscrever. O dia e hora será depois divulgado pelos interessados.-----

-----2. Documentos Previsionais para os anos 2023-2027 e 3. Medidas de execução do orçamento para o ano de 2023:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que se iria debruçar sobre os pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos e que "o documento que apresentámos este ano, o documento previsional, é orientador da estratégia global deste executivo, segue a visão dos últimos anos, isto é, com o pressuposto de continuar a apoiar as famílias, proporcionar maior qualidade de vida e criar condições para fixar empresas, seja através de apoios sociais, seja através de benefícios fiscais, seja através da aposta em projetos diferenciadores para o nosso concelho, nomeadamente ao nível da sustentabilidade económica e ambiental. Nós deixámos de ter uma gestão desgarrada, sem estratégia, sem planeamento, para passar a ter um documento assente nos nossos compromissos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqueles que foram sufragados em 2021, com uma visão de médio e longo prazo. E neste particular o ano de 2023, é crucial para o desenvolvimento da nossa estratégia, uma vez que tem início a execução do novo quadro comunitário de apoio, exige planeamento mas também coesão. Cada vez mais, os projetos são intermunicipais, sobretudo quando se trata de resolver problemas comuns ou quando estamos perante projetos do interesse de todos. Costumamos dizer na CIM, que para problemas comuns, a visão tem de ser comum e a sua resolução tem de ser igualmente comum. Estamos conscientes do que importa fazer nos próximos anos e enquanto nos for dado este mandato dos destinos do nosso concelho, nunca abandonaremos os compromissos que assumimos em 2021. Por isso, os inscrevemos no Plano e Orçamento que é o nosso documento estratégico para este mandato. Para nós, o planeamento é determinante, os projetos são fundamentais e a definição de prioridades uma obrigação de quem o tem. Aliás, não podemos ignorar que após dois anos de pandemia, o ano de 2022, tem sido crítico para todos, com aumentos brutais de energia e combustíveis, aumento das matérias-primas e em geral, de todos os bens e serviços. As receitas não aumentaram de acordo com estes aumentos, aos quais se juntam, os aumentos dos salários e os custos sociais que lhe estão associados. Para 2023, a previsão das transferências correntes é manifestamente inferior às despesas assumidas com o processo de descentralização de competências, sobretudo na área da educação. Como é público, o Município de Porto de Mós apresenta uma situação financeira estável e que se destaca entre os melhores dos municípios do país. E assim queremos continuar, sem pôr em causa a concretização dos nossos projetos, e em particular o apoio às famílias e empresas. Mas parece-nos facto a perceber, que com idênticas receitas será difícil concretizar no mesmo período, os mesmos projetos que antes se faziam com metade dos recursos financeiros. Mas há pontos dos quais não abdicamos. Nunca na história, os nossos munícipes puderam usufruir dos apoios sociais que existem atualmente e que foram lançados com o objetivo de fixar as famílias e os jovens e captar novos cidadãos, sobretudo em idade de vida ativa para dar resposta à enorme falta de mão-de-obra, sobretudo a mais qualificada que em parte já é respondida pela formação profissional tecnológica existente nas escolas do concelho e que ajudámos a implementar durante estes quatro anos, mas também fruto da dinâmica do Politécnico de Leiria e da sua proximidade ao território, através das autarquias e das empresas. Desta forma, estamos em crer que vamos igualmente inverter a preocupante tendência de aumento da idade média da nossa população. Hoje há novas e mais oportunidades no concelho para os jovens talentos e recém-licenciados, e a nossa ambição é dar continuidade a este trabalho para que sejam estimulados a regressar, tenham a certeza que as oportunidades no concelho de Porto de Mós são idênticas às que habitualmente apenas existem nos grandes centros urbanos. E é mantendo apoios sociais importantes como são as bolsas de estudo, os transportes, a devolução de 2,5% do IRS, a taxa de IMI no mínimo possível por lei (0,3%), o IMI Familiar, o Plano de Saúde para todos os munícipes, o Apoio à Natalidade, o Apoio aos Medicamentos e as taxas de Derrama reduzidas para as empresas instaladas ou que se venham a instalar no nosso concelho, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuaremos a inverter a tendência da perda de população indicada pelos Censos de 2021. Estamos certos que este é o caminho, e o melhor indicador são as escolas. Neste ano letivo, estão a frequentar as escolas do nosso concelho, em comparação com o ano letivo anterior, mais cerca de duzentos e cinquenta alunos, de acordo com a informação do Agrupamento de Escolas. Temos as escolas cheias. Por isso, vamos visitar a Carta Educativa já a partir do início do próximo ano, com o objetivo de definir conceitos e estratégias, porque o que existia antes, além da indiferença à perda de população, era um enorme encolher de ombros, perspetivando-se e aceitando-se, até, o encerramento de escolas. Hoje, fruto das políticas que temos vindo a desenvolver, o paradigma mudou. E isto só é possível com planeamento a médio prazo, medidas sociais consequentes e a afirmação do nosso concelho no todo, porque agora Porto de Mós conta muito mais para o todo da região, do que durante anos se fez crer. Este é um Orçamento amigo das famílias e das empresas. Um Orçamento que prevê concluir a primeira fase da ampliação da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós, com vista à instalação de novas empresas, trazendo para o concelho um reforço de população em idade ativa e sobretudo, com a sua fixação, garantir um futuro ainda mais próspero para todo o nosso concelho. Mas é um Orçamento que não abdica de investir valores muito significativos na qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente em saneamento básico, na requalificação das redes de abastecimento de água e respetivas captações, bombagens e nos reservatórios. É um Orçamento que continua a dignificar o importante papel das freguesias, com reforço dos valores dos contratos interadministrativos, relevando também a importância dos autarcas de freguesia, no atendimento de proximidade aos municípios e consequente resolução das suas preocupações. Aliás, muitas das rubricas incluídas neste documento decorrem de propostas dos nossos autarcas de freguesia. Em linha com a estratégia definida em início do mandato, as principais obras para o ano de 2023, são o Saneamento na Estrada Nacional 8, Cumeira/Albergaria/ Cruz da Légua e Moitalina, nas freguesias de Juncal e Pedreiras, a conclusão das infraestruturas de ampliação da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós, e a conclusão da requalificação da Casa dos Calados, no Juncal. Estes três projetos basilares, em conjunto com os apoios sociais e escolares e o tratamento dos resíduos urbanos, representam um investimento de cerca de 55% de todas as Grandes Opções do Plano para 2023, ou seja, próximo de 8,5 milhões de euros. Ainda assim, não estão aqui incluídos projetos com financiamentos assegurados, passíveis de se iniciarem de 2023, mas que não é possível ter ainda a receita consignada por falta de assinatura de contratos, como é o caso da reabilitação e ampliação da Escola Secundária de Porto de Mós, da agenda mobilizadora, com cerca de um milhão de euros de PRR para o Centro Tecnológico em recursos minerais, a Estratégia Local de Habitação, conforme se tem falado e referido, e também os bairros digitalis, com uma candidatura PRR, também já aprovada. A nossa estratégia, responde igualmente às preocupações com a sustentabilidade, com o ambiente e com a descarbonização, através da abertura de rubricas nestas áreas, com a expectativa de muitas delas virem a ter apoios dos programas comunitários

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhando assim as necessidades cada vez mais emergentes da população e contribuindo para a promoção de um mundo mais sustentável. Ainda assim, os senhores Vereadores do Partido Socialista, no uso pleno do seu direito democrático, votaram contra esta proposta, tendo apresentado uma declaração de voto, e a essa declaração de voto, cabe-nos responder, quanto mais não seja para esclarecimento dos senhores Deputados, uma vez que contem um conjunto de imprecisões. Uma das razões invocadas para o voto contra, é que a nossa proposta contem demasiadas rubricas abertas sem um montante significativo. Foi exatamente o que fizemos em consciência. E também por sugestão dos Vereadores no documento de contributos para este Orçamento, porque, como já referi, o ano de 2023, é crucial para os municípios em termos de fundos comunitários, e é necessário que os investimentos lá estejam previstos nos documentos previsionais e que existam também os projetos, não sendo possível inscrever valores do lado da receita, facilmente se percebe que as rubricas têm de estar abertas com valores residuais. Os senhores Vereadores do Partido Socialista, e o Partido Socialista, naturalmente, apresentaram onze contributos para este Orçamento, que, na generalidade estão incluídos no documento. Mas ainda assim, na declaração de voto, afirmam que as suas propostas não tiveram, qualquer acolhimento. O que não é verdade. Senão vejamos: o Campo da Fiandeira. O Campo da Fiandeira está inscrito nas rubricas do Orçamento. Este projeto mantém-se como aposta deste executivo, estando a aguardar aval do Estado para a posse dos respetivos terrenos a preço justo e aceitável, como aliás, é do conhecimento dos senhores Vereadores do Partido Socialista. Está na página 10 das Grandes Opções do Plano. Relativamente ao tratamento do rio em Porto de Mós, está concluído o projeto da requalificação do rio Lena desde a nascente até ao limite do concelho, que inclui a recuperação dos açudes e tratamento do leito na zona urbana. No passado as intervenções resumiam-se a resolução de problemas pontuais e é nosso entendimento que é necessária uma intervenção de fundo, que salvaguarde os interesses dos regantes, mas também a biodiversidade do rio assim como a segurança e bem-estar das populações. Existe projeto e existe compromisso, fundamental para abertura de aviso específico para este fim no valor até quinhentos mil euros. Está na pág. 8 das GOP's. O saneamento básico representa talvez uma das principais apostas deste orçamento, com um montante anual previsto de investimento raramente atingido em toda a história da Autarquia, nomeadamente, com o projeto do saneamento da Cumeira/Albergaria/Cruz da Légua e Moitalina. Para além das rubricas genéricas está em curso o projeto para concretização da rede de saneamento básico em Chão Pardo, Casais Garridos e Andáinho, e em condições de avançar com a obra, o da Rua Romana em Ribeira de Baixo, bem como a conclusão de diversas ruas em Alqueidão da Serra e nos Casais de Baixo. A renovação de condutas de fibrocimento, que este Executivo tem consecutivamente efetuado durante todo o seu mandato, tornando cada vez mais eficiente o sistema de distribuição de água, prevendo-se para o próximo ano a substituição de condutas na Carreirancha, em Alqueidão da Serra, mas também a requalificação dos reservatórios de água, estando previsto para o próximo ano intervenção em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mendigos, Bouceiros, Casal Duro e Casais de Matos. Este está na página 7 das GOP's. A Estratégia Local de Habitação que está totalmente aprovada, a um nível onde poucos Municípios do País chegaram, aguardando apenas o respetivo financiamento comunitário para avançar para o terreno. A maioria dos Municípios, apenas se candidatou ao 1º Direito e nós fizemos uma Estratégia Local de Habitação tendo por base a reabilitação urbana para todo o concelho de Porto de Mós e que pode ir aos três níveis de intervenção. Está na página 5 das GOP's. A extensão das ARU's, é um tema constante nos orçamentos deste Executivo, com o alargamento da ARU de Porto de Mós também à Corredoura e a nova ARU do Juncal, que vem hoje aqui à Assembleia Municipal e que está concretizada, assim como a intenção de iniciar já em 2023 a ARU do Alqueidão da Serra. Está na página 16 das GOP's. Relembramos que as ARU's do nosso concelho, têm associadas ORU's, são assim que nós as quisemos, podíamos fazer ARU's tipo, que não nos obrigava a ter intervenção, mas nós decidimos fazer ORU's sistemáticas que exigem de nós um plano estratégico para quinze anos, para intervenção no território. E portanto, se estes planos de intervenção estão definidos a quinze anos, contraria em absoluto a ideia do imediatismo. Relembro que no caso de Mira de Aire, antes de existir construção teve que haver aquisição, depois demolição e o projeto, e só depois a construção. Mas mesmo aí, já foram concretizados dois projetos definidos na estratégia, estacionamento no Bairro do Jogo e na Casa da Cultura, com uma grande intervenção também, ao nível da rede de águas pluviais. O investimento na redução de dependência energética a fatores externos já contemplado em orçamento, através de uma comunidade de energias renováveis, que poderá igualmente avançar através de projeto Intermunicipal. Estamos a estudar a possibilidade de desenvolver este projeto através da Enerdura ou CIMRL, e tal como foi explicado na reunião de câmara está em curso pela CIMRL o concurso para substituição de todas as luminárias dos concelhos da região, num investimento previsto superior a 6 milhões de Euros e que obviamente não está especificado no orçamento, uma vez que a responsabilidade financeira do Município será concretizada por transferência para aquela entidade – pág. 12 das GOP's e pág. 15 das GOP's. O investimento anual na conservação e reparação da rede de edifícios escolares espalhados por todo o concelho, que se mantém de forma constante desde a entrada deste Executivo, estando prevista para o verão de 2023 a intervenção no Jardim de Infância de Alqueidão da Serra e na Escola de Casais Garridos. Está previsto na pág. 2 das GOP's. Dizer que esta era uma das questões colocadas e que nós todos os anos sem exceção, desde que cá estamos, fazemos intervenções, pelo menos duas intervenções nas escolas mais prioritárias do concelho, dentro de um plano que está definido. O apoio ao movimento associativo para obras de melhoria nas suas infraestruturas, contínua de forma permanente em todos os orçamentos. Está na fase de conclusão o novo regulamento de apoio ao movimento associativo, e portanto tem contemplado nas páginas 9 e 10 das GOP's. Os senhores vereadores afirmaram ainda, que o orçamento investe pouco em empreendedorismo e descarbonização. Pois foi precisamente neste orçamento que de forma inédita para o concelho, foram criadas rúbricas específicas para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimentos nesta área, com grande potencial de financiamento comunitário, reiterando-se a importância da abertura de rubricas específicas para se iniciarem os processos de candidaturas ao próximo quadro comunitário de apoio, sem as quais não seria possível fazê-lo em tempo útil. Finalmente, e talvez com o pretexto de quererem justificar o voto contra, afirmam que foi reduzido o apoio em Saúde e Ação Social. Estas afirmações, em minha opinião, configuram aqui alguma ligeireza. Relativamente à Saúde, é fácil perceber, O Centro de Saúde de Pedreiras ficou concluído, não temos naturalmente outro Centro de Saúde para começar a construir, e não faz sentido estarmos a reforçar uma verba qualquer para construção, para substituir este valor. No que diz respeito à Ação Social, a resposta vem da previsão de apoios ao Cassac e à Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, com cento e setenta mil euros inscritos, com fonte de financiamento "não definido", que está na página 5 das GOP's. Neste particular não posso deixar de referir que foi este Executivo que colocou em prática o inovador plano de saúde para todos os municípios, beneficiando assim de uma prestação de cuidados de saúde a preços acessíveis, pioneiro no País e como nunca existiu no concelho. Da mesma forma, em termos de apoios sociais, todos os apoios do presente são incomparáveis com os do passado, porque simplesmente no passado eles não existiam. Estamos a falar do apoio à natalidade, devolução do IRS, IMI familiar, bolsas de estudo, transportes escolares gratuitos, prémio de reconhecimento ao melhor aluno do concelho, apoio ao medicamento através da rede ABEM, apoio social com bens às famílias vulneráveis, entre muitos outros apoios com carácter genérico. Por tudo isto, esperamos que seja reconhecido por esta Assembleia que estamos perante um documento estruturante, que inclui pretensões de todos os representantes dos nossos Municípios, com vista ao aproveitamento do novo ciclo de fundos comunitários, que se inicia precisamente em 2023, sobretudo porque é uma declaração de compromisso daquilo que foi sufragado em 2021, para execução até 2025. Muito obrigado."-----

-----**Isa Filipa Ferreira Vala (PSD):**-----

-----"Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Clarisse Louro e na sua pessoa, todos os presentes e quem nos acompanha através das redes sociais. Manifestar o meu agrado, pela primeira vez, nos últimos anos, surgiu uma rubrica nas Grandes Opções do Plano com a denominação, Juventude, para o ano de 2023. É com agrado que vejo o Município de Porto de Mós a criar, a manter políticas sociais atrativas de forma a motivar os jovens e os não tão jovens a fixarem-se em Porto de Mós, como por exemplo, e deixem-me destacar alguns, que em minha opinião contribuíram, e contribuíram dia após dia, para o desenvolvimento do bem-estar dos portomosenses, as bolsas de estudo, a Futurmós, que ajuda o aluno a fazer uma escolha mais conhecedora, que proporciona uma opção acertada, mais adaptada e por sua vez sentir-se mais realizado e mais feliz. Com agrado, vejo a ALE, a primeira fase da ALE a desenvolver-se, onde vai proporcionar que se instalem novas empresas, onde vai existir mais oferta de emprego no nosso concelho. Manter o Festival Viver, onde muitos jovens, os melhores, são reconhecidos pelo seu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empenho, pela sua dedicação, o apoio à natalidade, os transportes gratuitos, o programa Jovem Autarca, o Orçamento Participativo, e muitas outras políticas que poderia enumerar, que trazem acima de tudo, qualidade de vida. Qualidade para garantir, podemos dizer, eu escolho viver em Porto de Mós, para ficar em Porto de Mós, e não ir para outra vila ou para outra cidade. Sei que as despesas estão a aumentar, os custos da energia, combustíveis, matérias-primas, a mão-de-obra, os salários, aumenta tudo, mas o nosso Município, o Município de todos nós, continua a investir, a acreditar, a acreditar por todos, por todos nós. Obrigada por sermos um Município amigo de pessoas, de jovens e do idoso, de todos os portomosenses. Boas Festas."-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----"Face à explanação que o senhor Presidente fez sobre o Orçamento, a minha intervenção vai ser muito breve. Quem me dera a mim, que metade do que está explanado seja executado, sendo que estamos já em outubro e estamos com uma execução orçamental de 55%, nas despesas de capital, apraz-me muito ouvir dizer que sim, é que se formos analisar, analiticamente, as Grandes Opções do Plano, sim, estas rubricas estão lá todas criadas, mas muitas estão adiadas para 2024, outras para 2025, e algumas, pasme-se, até para 2027, que é já noutra mandato. Queria ainda salientar que, por exemplo, quando vamos analisar os propósitos da Câmara, eu vou focar um ponto que me é muito caro, no caso do meio ambiente e proteção da natureza, temos, acredito, mas se formos ler ao texto, o que é que diz, "vamos fazer jardins". Ora expliquem-me como é que fazer jardins, é proteção do ambiente e conservação da natureza. Porque realmente as GOP's estão lá. Estão lá criadas todas e mais algumas para dez anos, mas se formos olhar para o que tencionamos fazer, vamos fazer jardins. Outra coisa que me assusta e que mais vezes aqui tenho referido nesta Assembleia é que, cada vez mais o Orçamento está polarizado. Nós temos uma parte do concelho que recebe, acredito bem que, 80% do investimento de capital e temos uma outra parte que é completamente esquecida e que recebe migalhas. E refiro-me às freguesias serranas. Enquanto umas têm investimentos estruturantes, as outras recebem ninharias e combate à desertificação efetiva, não existe. Quando os Vereadores do Partido Socialista fizeram estes alertas, foram alertas que já foram feitos também no Orçamento anterior, porque não existe uma linha condutora, não se consegue discernir, no documento que foi apresentado, uma linha condutora. Porque realmente as GOP's estão lá. Mas são GOP's. Estão de tal forma criadas que o executivo pode fazer o que bem entender porque as GOP's estão criadas e estão abertas e mesmo assim, com estas GOP's todas criadas, foram necessárias no ano passado, se não me engano, uma revisão do Orçamento e sete alterações. Obrigado a todos."-----

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo senhor Presidente, senhores Vereadores e Vereadoras, Membros da Assembleia, público, e todos os que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão lá em casa. Relativamente a este ponto, está em análise um documento de cariz estratégico, não há qualquer dúvida disso, e vai ser decisivo para o futuro do concelho, até porque este é o segundo ano após o mandato. A Assembleia, como é óbvio tem as suas competências de fiscalização, feita a análise ela está comprovada pelo documento que nos foi apresentado, relativamente a todas as premissas e exigências da Lei das Finanças Locais, que estão cumpridos. O Orçamento apresenta um valor próximo dos vinte e sete milhões de euros, cerca de dois milhões de euros acima do valor apresentado no ano anterior, em que as despesas de capital representam cerca de 36,36%, um valor próximo dos dez milhões de euros. As receitas de capital, próximas dos seis milhões também, um referencial importante e futuro que demonstra o saldo e equilíbrio corrente e estando unicamente uma previsão de recorrência a um passivo financeiro no máximo de 1,1 milhão de euros, extremamente importante. O executivo, propõe e mantém a sua política de anos anteriores, uma política fiscal orçamental, que iria duplicar, mas entre outras questões, estou a referir-me à entrega às famílias de IRS, a aplicação do IMI Familiar, atribuição das bolsas de estudo, a gratuidade dos transportes escolares, o apoio à natalidade, a derrama, que é extremamente importante para a captação de empresas para o nosso concelho. Estamos a investir em áreas empresariais pelo que também temos de apresentar incentivos, não basta ter infra estruturas, também é preciso convidar as empresas. Toda a melhoria e construção das novas redes de abastecimento de água, o apoio e o reforço do desenvolvimento na área do turismo, como mais à frente irão ver, a própria descarbonização como o apoio na área do empreendedorismo e inovação, a reabilitação e construção de algumas extensões de saúde bem como a continuidade do plano de segurança e saúde. Relativamente às Grandes Opções do Plano, como já foi dito, as GOP's estão em cerca de 15,4 milhões de euros e felicitar o executivo, porque relativamente aos desvios e à execução da receita, se há planeamento, ele de facto existe. É fácil explicar. Já foi referido o Anuário da Ordem dos Contabilistas Certificados, anteriormente, e se formos a esse anuário, vamos verificar que a média dos Municípios a nível nacional, ronda os 89,1% de execução orçamental. O nosso município tem tido valores muito próximos dos 100%, o que demonstra disciplina e um bom planeamento orçamental que é feito por este executivo. A nível da receita, a receita corrente ascende a cerca de 21,2 milhões de euros, que corresponde um acréscimo de cerca de 2,4 milhões de euros, em muito incrementado pela descentralização de competências, nas áreas da educação, ação social, saúde, que tem vindo a ser feito pelo Governo para os municípios, dando como exemplo, no domínio da educação a transferência de 3,1 para pagamentos de despesas com trabalhadores nas escolas, prolongamentos de horários, refeições escolares, atividades de enriquecimento curricular, transportes escolares e outros custos relacionados. Nos outros domínios, nomeadamente na ação social, está previsto cerca de trezentos e treze mil euros. A nível da receita de capital, ascende a cerca de seis milhões de euros, representando cerca de 22% do total do Orçamento. Vejam bem, como é que vamos financiar os dez milhões, o que é, em termos de equilíbrio, o equilíbrio. Relativamente ao Orçamento do ano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anterior, mantem-se um valor muito próximo. Dizer aqui, que o Município também prevê encaixar com a venda dos lotes da ampliação da zona industrial, é referido neste documento, cerca de três milhões de euros, mas por imposição legal, e até por uma questão de previsão e tudo o mais, não foram estes montantes inseridos nesta fase inicial, sendo depois feito mais tarde, por arrecadação, por via de modificação dos documentos previsionais. Na despesa, a despesa corrente, é de cerca de 17,4 milhões de euros, que corresponde a cerca de 63% das despesas totais, o que representa um aumento de cerca de 17% em relação ao ano anterior. Aqui, como sempre, as áreas com maior relevância são as despesas com o pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços. Aqui, como já falámos a nível da descentralização, o aumento será claramente pelo número de trabalhadores por via da delegação de competências, em que se prevê o aumento de cerca de mais trinta e oito trabalhadores. E aqui, sobre as despesas de pessoal, vamos conversar mais um pouco, e tem a ver também com planeamento. A despesa com pessoal será na ordem dos 6,9 milhões de euros, que representa cerca de 25,35% das despesas totais. Se voltar a comparar, e for buscar os dados ao Anuário, em média, os Municípios, tiveram todos cerca de 29,7 %, ou seja, estamos abaixo dos valores médios e somos dos municípios com melhores valores, sem qualquer dúvida, o que demonstra que temos uma boa gestão e de qualquer forma, se qualquer um de nós imaginar que temos um quarto do nosso orçamento é gasto com pessoal, estamos com certeza a ter uma boa eficiência desses recursos. A nível da despesa com capital, como já foi dito, é cerca de 10 milhões de euros, também é muito idêntica à do ano anterior, e aqui uma boa parte está distribuída pela aquisição de bens de capital e o restante pelas transferências. E nas transferências de capital, importa dizer que há aqui um valor importante que é distribuído às nossas dez freguesias, cerca de trezentos e vinte e seis mil euros. Demonstra claramente a importância da proximidade às nossas populações, demonstra que o concelho tem vindo a investir também nas nossas juntas de freguesia para que possam estar mais próximo e para que possam de facto prestar esse serviço. Já agora para instituições sem fins lucrativos, temos cerca de cento e cinquenta e um mil euros. Ainda nas GOP's, voltando atrás, só para mencionar alguns valores, dizer que nos serviços auxiliares de ensino, temos cerca de 1,8 milhões de euros, para saneamento vamos ter cerca de 3,1 milhões de euros, para a cultura, cerca de 1,3 milhões de euros e para custos de energia, cerca de 2,7 milhões de euros. Já foi destacado, os grandes destaques para 2023 em saneamento foi de facto o saneamento de Cumeira/Albergaria/Cruz da Léguas e outros lugares, uma obra de cerca de 4,8 milhões de euros, também a recuperação da Casa dos Calados, um investimento de 1, 15 milhões de euros. Destacar também a continuação da infraestrutura da área de localização empresarial de Porto de Mós, um investimento de cerca de 2,6 milhões de euros, no meu entender um investimento extremamente importante porque permite não só fixar população mas permite também o desenvolvimento de emprego qualificado. Um último ponto, que é o limite do endividamento municipal. Estima-se que o limite à dívida total para o município, se fixe na ordem dos 26 milhões de euros. Também, pegando no Anuário, em 2021, ocupávamos o décimo primeiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lugar dos municípios com melhor dívida total, e o décimo município com menor passivo por habitante. A todos, desejo Boas Festas. Muito obrigado.”-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----“Muito boa noite a todos. Para não me alongar muito cumprimento apenas a senhora Presidente da Assembleia e na pessoa dela cumprimentando todos os Deputados. Cumprimento ao senhor Presidente da Câmara, cumprimentando na pessoa dele todos os Vereadores. O público, comunicação social, e o público em casa que nos possa estar a assistir. Eu não era para intervir neste ponto, “cada macaco no seu galho”, eu de Orçamentos percebo muito pouco, normalmente preciso de quem me explique, que me dê algumas luzes, porque há de facto quadros e conceitos que eu não consigo interpretar, e portanto não tenho por hábito comentar ou intervir neste pontos, mas hoje o senhor Presidente fez-me estar aqui. Já percebemos que o senhor Presidente tem alguma dificuldade em ser contrariado, ou pelo menos, em aceitar as opiniões contrárias à sua, tanto é que, em vez de apresentar o Orçamento, esteve, e perdoem-me a expressão, “malhar” nos Vereadores do Partido Socialista. Lamento, gostava de ter tido alguns esclarecimentos da sua parte, lá está, nesta minha incapacidade para sozinha lá chegar. Mas passando à frente, e outro ponto que me levou a intervir, já foi aqui referido por outras deputadas e também pelo senhor Presidente, o Plano de Saúde. Eu confesso que não aderi. Tenho um seguro de saúde com uma cobertura bastante alargada, não necessito, mas eu gostava de perceber algo mais de concreto. Falou-se aqui em opiniões, e eu gostava de perceber em que medida é que já foi possível perceber, ou não, que este Plano de Saúde terá contribuído para suprir as dificuldades dos munícipes que não têm possibilidades de pagar um médico privado ou de ter um seguro de saúde, como é o meu caso, em que medida é que isto já contribuiu para, realmente colmatar estas necessidades. Não querendo com isto dizer que não tem as suas vantagens, terá sempre, porque nem toda a gente tem um plano de saúde, mas uma vez que ele foi apresentado como uma das formas de contribuir para suprir estas dificuldades e resolver estes problemas, gostava de saber se está a ser feita essa avaliação e em que medida é que até agora contribuiu nesse sentido. Muito obrigada.”-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----“Reitero a saudação que fiz há pouco. Estamos perante um Orçamento para 2023, que para além de ser um orçamento equilibrado, também é o Orçamento da continuidade e da eficiência municipal, no curto, médio e longo prazo. Começando pela forma de cálculo da receita, e tendo por base as receitas de exercícios anteriores, acrescido de rubricas devidamente reconhecidas e comparando com o Orçamento inicial para o ano 2022, resultando num acréscimo de 9,5%, desde logo, podemos comprovar do equilíbrio deste Orçamento. O assumir das novas competências nomeadamente na área da educação, trás, como é evidente, um acréscimo da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receita e também um acréscimo de despesas. Também o facto das receitas provenientes do Orçamento do Estado se cifrarem em oito milhões novecentos e oitenta e um mil euros, o que corresponde a cerca de 33%, do Orçamento deste Município, nos ajuda a reconhecer este equilíbrio. Se tivermos presente o mapa da evolução das Grandes Opções de 2020 a 2023, constatamos o continuar de uma política de criação de ativos para o desenvolvimento do nosso concelho, e também para a criação de melhor qualidade de vida dos seus munícipes, desde logo na rubrica de indústria e energia, uma verba de dois milhões setecentos e dezassete mil e quinhentos euros será essencialmente de continuar uma aposta forte na Área de Localização Empresarial (ALE), que trará mais empresas para o nosso concelho de Porto de Mós, criando mais postos de trabalho mas também mais receita e uma autentica riqueza para quem habita neste concelho. Não é por acaso que vemos cada vez mais empresas de nomeada, a quererem abrir estabelecimentos e grandes superfícies no nosso concelho, como é agora, por exemplo, a firma Mc Donald's. No saneamento, de importância vital para a melhoria da qualidade de vida das populações, houve uma verba de três milhões cento e trinta e cinco mil euros, assumindo como a obra mais em destaque o saneamento da Cumeira/Albergaria/Cruz da Léguas e outros, sendo de realçar que este investimento é implementado em duas freguesias, Juncal e Pedreiras. Outra rubrica em destaque será a Cultura, com uma verba de um milhão e seiscentos mil euros, tendo como obra principal, a recuperação da Casa Calados, no Juncal, um imóvel adquirido por este Município, há cerca de vinte anos e que depois de várias promessas, vai finalmente ser uma realidade. Também os serviços auxiliares de ensino, apresentam uma verba de um milhão trezentos e catorze mil euros, a que não é alheio o facto de a Câmara ter recebido as competências na área da educação, bem como se prepara para receber as da ação social. Temos ainda de reconhecer o esforço do Município no favorecimento das famílias, prescindindo das receitas do IRS, bem como IMI Familiar, atribuição de bolsas de estudo, o Plano de Saúde que já foi aqui referido anteriormente. Será pois um Orçamento que respira saúde, com Grandes Opções do Plano a serem repartidas por todas as freguesias, quer seja em rubricas próprias como em rubricas de caráter geral. Destacamos ainda o Plano Plurianual de investimentos que constituem um elemento fundamental da governação municipal e que nos ajuda a perceber as políticas e os investimentos que este executivo se propõe levar por diante nos próximos anos. Será pensando e preparando o futuro, que se começa a criar os alicerces de um Município cada vez mais procurado e também onde os seus habitantes se sentem cada vez mais confortados e reconhecem a aposta na fixação neste concelho, pelos seus filhos e restantes familiares.“-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----“Apenas duas notas. A primeira nota, é, obviamente que este Orçamento está contextualizado na situação global atual, ou seja, não nos podemos esquecer que estamos a viver, na Europa, uma guerra. A invasão da Ucrânia pela Rússia, afeta todas as pessoas e particularmente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a gestão financeira de qualquer Município, devido ao aumento do custo da energia, à inflação e também à especulação que existem, como seja o cabaz alimentar e os combustíveis. Este Orçamento continua a ser, já foi aqui dito, tecnicamente pelos meus companheiros de bancada, e também não me vou imiscuir na parte técnica, mas posso dizer na parte mais global, que o Orçamento continua com uma vertente humanista e um Orçamento preocupado com a parte social. As medidas são devidamente explicadas e explanadas quer no Orçamento quer nas Grandes Opções do Plano, e está previsto, como já foi aqui referido, um aumento para o investimento e também não despiciente referir o reforço que foi dado às Juntas de Freguesia. O que este executivo demonstra com esse princípio e propósito, é que tem uma visão holística do concelho e não uma visão sectorial de cada uma das freguesias, por isso é que tem por lema "Porto de Mós, somos todos nós". As Grandes Opções do Plano são um documento político, é um documento onde estão constatadas as várias opções e decisões políticas, onde este executivo, e felicito-o por isso, respeita o programa eleitoral, respeita o mandato para o qual foi eleito há um ano, sufragado pelos portomosenses, e continua com a marca de água deste executivo, que é apostar no bem-estar das pessoas e também é o ADN da social-democracia, porque para este executivo, como está plasmado nos documentos, as pessoas estão em primeiro lugar, não descurando as obras e não descurando o investimento e desenvolvimento do concelho."-----

-----O senhor Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo: "Respondendo aqui pela ordem das intervenções, Isa Vala, o que é que nós fazemos sem jovens, e compete-nos enquanto responsáveis autárquicos, não só, fazer tudo para a sua fixação, promover um conjunto de atividades por forma a fixá-los, e se possível, depois de eles saírem para se formarem academicamente, regressarem. E esta é a nossa grande ambição, é que os nossos talentos, que em determinado momento da sua vida saem, e que depois regressem, e que tenham aqui a possibilidade de respostas que habitualmente só existem nos grandes centros urbanos. Nós não nos cansamos de dizer isso, mas também, não nos cansamos de pensar no que é que temos de fazer para poder atingir esse objetivo. E estamos a fazer, nomeadamente com o Centro Tecnológico em recursos minerais, que é muito mais abrangente que o próprio nome, e trazer para Porto de Mós a investigação, trazer para Porto de Mós a academia, trazer para Porto de Mós novos pensamentos e novas pessoas, terá associado com mais facilidade a fixação de mais jovens. Relativamente à intervenção do Samuel Costa, dizer só que, já ouvi várias vezes esta questão. Nós fomos obrigados a cumprir o CPA, e o CPA diz que o documento tem de ser até 2027. E não é como era antigamente. Nós temos que estimar, temos que fazer a estimativa de investimento até 2027. Na reunião de Câmara os senhores Vereadores pediram-me uma estratégia para o curto prazo, para o imediato. Nós não podemos. Nós definimos estratégias a médio e longo prazo. Nós temos que planear o concelho, porque senão estamos sempre a deitar dinheiro ao lixo. Nós temos que fazer projetos. Eu relembro, se calhar já se esqueceram, mas eu não, quando aqui chegámos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tínhamos um único projeto. Zero. Não havia um pensamento. Nada. Não havia um único projeto. Provem-me quem é que fez o projeto da ALE, quem é que fez o investimento no projeto, quem é que fez o investimento na avaliação de impacto ambiental, quem é que fez isso tudo. É naturalmente que o projeto foi feito há relativamente pouco tempo. Aliás, deixem-me que vos diga, que para nós, ao contrário desse pensamento da polarização, para nós este concelho é mesmo só um, porque se houvesse polarização, e se houvesse, como já me foi dito no passado, que se faziam investimentos em função do número de eleitores, então é que nunca ia para lá nada. E eu relembro o senhor Deputado, os primeiros três anos, o investimento que este executivo fez, nomeadamente na sua freguesia. E diga-me em que freguesia é que se fez mais investimento do que em S. Bento. Ainda lhe quero dizer mais uma coisa, a estrada de Serro Ventoso até S. Bento, já não se lembra, se calhar, mas tinha mais buracos do que alcatrão. Havia uma serie de lugares sem água. Só que as pessoas esquecem-se num instante, e pior, depois têm, direi, ciúmes de se fazerem investimentos noutros sítios. O concelho é só um. Nós não podemos ter um pensamento, direi, pequenino, ao ponto de se achar que se está a fazer um grande investimento no Juncal e não se está a fazer noutros sítios. Nós fazemos os investimentos onde efetivamente eles são necessários. E vamos continuar a fazer. E quero dizer que, tudo aquilo que foi falado aqui hoje sobre incentivos sociais, são para todo o concelho. Todas as pessoas do concelho de Porto de Mós, beneficiam deles. Temos feito investimentos de que ninguém fala. Nós entregámos à UCP de Porto de Mós uma viatura para cuidados na comunidade, uma unidade móvel de saúde, que está ao serviço, exatamente das populações mais desfavorecidas – S. Bento, Alqueidão da Serra, Arrimal e Mendiga – precisamente porque são populações que precisam de um apoio diferenciado. Só para terminar, dizer que em 2022 houve duas revisões e houve sete alterações. Foram duas revisões, a primeira para acomodar o saldo de gerência, veio aqui à Assembleia Municipal e a segunda para receber a descentralização na área da educação, tínhamos que a fazer para acomodar todos os novos valores que acabámos de receber. As sete alterações, penso que nenhuma delas foi feita sem contemplar reforço das rubricas de ordenados, e reforço das rubricas de energia, quer de eletricidade, quer de combustíveis, quer de gás, e portanto foram feitas porque era necessário serem feitas. Se eventualmente não existisse esta questão, provavelmente o ano de 2022 era o ano em que havia, desde sempre, menos alterações orçamentais em Porto de Mós. E eu considero, que o Orçamento é um documento dinâmico, é um documento que tem de se ajustar à realidade, tem de estar ao serviço do presente. Não pode ser um documento do passado e depois não se adaptar, não ter flexibilidade para se associar à necessidade do presente. Relativamente a Nuno Salgueiro, só dar uma nota, depois da excelente explicação que aqui deu, que me parece importante. A receita da venda da ALE, efetivamente não está ali contemplada. Podia estar. Entendemos que não devíamos “empolar” o Orçamento, e podíamos fazê-lo. Nós temos por hábito ser bastante rigorosos nesta questão da receita, até porque a lei exige que tenhamos pelo menos 85% da receita cumprida e portanto temos tido esse cuidado. A receita da venda de lotes, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está calculada em cerca de três milhões de euros, não o disse, mas que vai ser feita, vai entrar nos cofres do Município, a sua grande maioria em 2023, nós vamos continuar a comprar terrenos, já estamos a elaborar o projeto da 2ª fase da ALE, já o mapeámos no 2030, porque felizmente se tivéssemos cem lotes para vender, cem lotes iríamos vender neste primeira fase. Infelizmente nem metade disso temos, e portanto não conseguimos dar resposta a todos aqueles que estão interessados em vir para a nossa zona industrial. Relativamente à intervenção de Rita Cerejo, dizer o seguinte: nós quando estamos a falar do Orçamento, não estamos a "malhar" em ninguém, estamos a constatar factos. Os Vereadores do PS entregaram-nos um documento com um conjunto de propostas, nós analisámos as propostas, introduzimos, e algumas já estavam no nosso Orçamento, e depois custa-me que os Vereadores do PS digam que não tiveram qualquer acolhimento. Não tiveram? Isto é pouco de mais para aquilo que é a importância de um documento destes. Até, digo eu, acabam por minorizar a importância que nós demos ao documento que os Vereadores do Partido Socialista nos entregaram. E portanto, não é para nós agradável e eu tenho obrigação, nós temos a obrigação de dizer a todos vocês Deputados, que os Vereadores do PS deram contributos e nós acolhemos os contributos. Agora, na declaração de voto, os Vereadores do PS não podem vir dizer que não tiveram qualquer acolhimento. Relativamente ao plano de saúde, este, como foi dito desde o início, não teve nunca a intenção de substituir o SNS. O nosso objetivo, era que as pessoas do nosso concelho, tendo em conta o SNS no seu todo, com as demoras excessivas a dar respostas quer a exames de diagnóstico, quer a consultas de especialidade, quer a muitas outras áreas, achámos que seria oportuno, tendo em conta até a situação do nosso concelho, podermos dar uma resposta diferenciada. E hoje, nós sabemos, eu não trouxe os números, que há muitas pessoas a pedir o médico em casa, e o médico vai a casa por quinze euros. As consultas da especialidade, nas clínicas aqui, ou nas clínicas de Leiria ou nas clínicas de Lisboa, nos hospitais da CUF, da Luz, o que for, custam trinta e cinco euros. Nem toda a gente tem capacidade para isso, dir-me-ão. Acredito que não, mas numa doença, as pessoas deixam de comer para poderem ir ao médico, e se não tiverem no SNS, vão ao privado, e em vez de pagarem trinta e cinco euros como quem é munícipe de Porto de Mós e tem o cartão, paga cem ou cento e cinquenta euros. E paga, porque tem um problema e precisa de o resolver. Este foi o nosso entendimento, tem sido o nosso entendimento, tivemos manifestações importantes que nos dão, de alguma forma, resposta às dúvidas, porque também as temos. Uma pessoa que vai arranjar a boca, que tem necessidade de colocar implantes, o orçamento são sete mil e quinhentos euros e tem uma redução de três mil e setecentos, acho que é significativo. Para essa pessoa já valeu a pena e para nós, que damos resposta a este tipo de situações, acho que é importante e o Plano de Saúde, serve exatamente para isso. Dizer que o Plano de Saúde, está contratado até final de 2023. Nós, no ano de 2023, vamos andar permanentemente em avaliação. Se entendermos que não vale a pena, deixamos cair. Se entendermos que vale a pena abrimos novo concurso. Relativamente à intervenção de Luís Almeida, agradecer algumas considerações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que aqui deu, reforçar esta questão do equilíbrio do Orçamento, mas leva-me, por aquilo que foi a descrição, a dizer aquilo que ainda não disse e que vou ter que dizer, que é o agradecimento ao Dr. Rogério Nunes e à equipa da Contabilidade, pelo documento que está aqui inscrito. Não posso deixar de referir também o Pedro Vala que também deu o seu contributo à equipa, que em conjunto connosco, elaborámos este documento."-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Documentos Previsionais para os anos 2023-2027** – que foi **aprovado por maioria com 23 (vinte e três) votos a favor, 1 (uma) abstenção e 7 (sete) votos contra.**

-----Seguidamente, chegou à Mesa, pela mão da líder da bancada do Partido Socialista, **Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo**, uma declaração de voto, que a mesma passou a ler e que a seguir se transcreve:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----"Proposta de Documentos Previsionais para os anos 2023-2027 (Apreciação, discussão e votação):-----

-----Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, apresentam a seguinte declaração de voto à proposta relativa ao ponto 2 da Ordem de Trabalho:-----

-----No Orçamento para 2022, os deputados da bancada Socialista, deram um voto de confiança ao executivo, na altura perante um Orçamento que se baseava num programa de intenções e que não apresentava uma estratégia clara e concisa para o concelho, aprovaram o documento apresentado. Presentemente, e depois de analisada a proposta do Orçamento para 2023, verificamos que mais uma vez, são inscritas uma quantidade de atividades que não são passíveis de ser efetuadas, concretizadas em tempo útil, e mais, estes investimentos são adiados constantemente, para datas que vão muito para além do tempo de exercício do atual executivo. Nas GOP's continuamos a ter rubricas abertas, só porque sim, centenas de rubricas com uma verba de mil ou cinco mil euros, onde não conseguimos perceber, realmente qual a estratégia de desenvolvimento entre outras rubricas atiradas para um prazo tão prolongado que não passa de uma inscrição para dizer que consta do documento, mas na verdade, não terão qualquer efeito, nos próximos tempos, sendo que algumas, como dissemos, passam já para o próximo mandato. Assim, estamos perante um documento que poderia ser uma linha condutora no desenvolvimento do concelho e uma ferramenta de trabalho para a definição de uma estratégia firme, onde se perceba realmente o que vai ser feito, contudo, não o é. Ainda nesta linha, áreas como o ordenamento do território, águas e resíduos, empreendedorismo e descarbonização, apresentam cortes significativos. Na área da Saúde e da Ação Social, apresenta valores inferiores aos de 2020, o que dada a conjuntura atual, é completamente incompreensível. De destacar ainda o aumento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da despesa corrente, na ordem dos 2,6 milhões de euros. Face ao documento apresentado, como não se consegue perceber qual a estratégia, o que realmente se pretende fazer, e por concordarmos também com a linha de votação do Vereadores do PS, a bancada de deputados eleitos do PS, vota também contra esta proposta de Orçamento para 2023-2027."-----

-----Posto isto, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos - **Medidas de execução do orçamento para o ano de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 24 (vinte e quatro) votos a favor e 7 (sete) abstenções.**-----

-----**4. Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2023:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando palavra passou a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 2 de Dezembro ultimo e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando, por um lado, o disposto no n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de bens e serviços através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

-----a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;-----

-----Considerando: -----

-----A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

-----Que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, diploma que regulamenta a citada Lei dos compromissos, conforme artigo 14.º, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

-----Impõe-se a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).-----

-----Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal:-----

-----1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:-----

-----a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;-----

-----2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;-----

-----3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação;-----

-----4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos a assumir, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2;-----

-----5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 4 da Ordem de Trabalhos - **Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

-----**5. Mapa de Pessoal para o Ano de 2023:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando palavra, passou a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 30 de novembro último, e que a seguir se transcreve:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“O Município de Porto de Mós, enquanto empregador público, tem que planear anualmente as suas atividades de natureza permanente ou temporária, tendo presente a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e dos recursos financeiros disponíveis. Para dar resposta a toda a atividade municipal, deve se planear e pugnar por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade, competindo no caso em particular, ao dirigente máximo do serviço, o Presidente da Câmara Municipal, a elaboração do mapa de pessoal, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhado da proposta de Orçamento Municipal, de acordo com o n.º 4 do artigo 28.º da LTFP.-----

-----O mapa de pessoal, elaborado em conformidade com as regras estabelecidas nos artigos 28.º e seguintes da LTFP, na sua redação atual, constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através do qual é possível obter uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para o serviço público, de acordo com critérios de racionalização, transversalidade, eficiência e economia de custos.-----

-----Neste particular, deverá ainda ser tido em conta a necessidade de preparar a organização para a era digital e paulatinamente e, dentro do possível, o rejuvenescimento do pessoal ao serviço da entidade.-----

-----Foi tido em conta a necessidade de dotar algumas funções com pessoal por tempo indeterminado, por se verificar que as funções são permanentes e portanto não deverá ser assegurado por pessoal contratado a termo certo.-----

-----A proposta do mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece, para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função:-----

-----a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;-----

-----b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;-----

-----c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;-----

-----d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.-----

-----O mapa de pessoal é aprovado pela Assembleia Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, sendo afixado no órgão ou serviço e disponibilizado na página eletrónica institucional do município. A estrutura do mapa de pessoal contempla as diversas modalidades de relação jurídica de emprego público existente no Município de Porto de Mós.-----

-----Da proposta apresentada, prevêem-se 17 novos postos de trabalho por tempo indeterminado e 14 por tempo determinado, que correspondem a: -----

-----a) 7 Posto de trabalho cujo procedimento concursal está a decorrer;-----

-----b) 6 Postos para eventual preenchimento de posto de trabalho por tempo indeterminado, cujo posto de trabalho está preenchido por tempo determinado;-----

-----c) 3 Postos de trabalho para eventual preenchimento de pessoal para educação em função de necessidades que ocorram;-----

-----d) 3 Postos de trabalho por tempo indeterminado a ponderar mobilidade internas intercarreiras para várias funções; -----

-----e) 9 Postos de trabalhos para vários serviços para novas funções que surgiram ou por necessidades verificadas nas unidades orgânicas respetivas; -----

-----f) 3 Postos de trabalho para pessoal a afetar a novas competências na área da ação social; -----

----- Este mapa não poderá ser dissociado da transferência de competências na área da educação e ação social onde o município já recebeu 33 trabalhadores do Ministério da educação, aqui refletidos e terá que alocar, pelo menos mais três à ação social. -----

-----Dando cumprimento ao preceituado no artigo 3.º e 4.º do Decreto-Lei 93/2021, de 09 de novembro, que "procede à fixação de um suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade" proponho, nos termos da competência prevista no n.º 2 do artigo 3.º do supra aludido Decreto-lei, a aprovação da atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI) aos trabalhadores do Município de Porto de Mós, para o ano de 2023 integrados na carreira geral de assistente operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira, independentemente da modalidade de vínculo, cuja caracterização implica o exercício efetivo de funções em condições de penosidade e insalubridade.-----

-----1.º) No que respeita às seguintes áreas: -----

-----a) Recolha e tratamento de efluentes urbanos; -----

-----b) Saneamento; -----

-----c) Serviço de cemitérios; -----

-----d) Limpeza de canis e recolha cadáveres de animais; -----

-----e) Asfaltamento de rodovias. -----

-----2.º) Que, tendo em conta o Mapa de Pessoal que em proposto a caracterização do nível de insalubridade e penosidade dos postos de trabalho integrados na carreira geral de assistente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

operacional, elegíveis para este efeito, tenham direito ao SPI os trabalhadores municipais no exercício das seguintes funções: -----

----- (i) Canalizadores; -----

----- (ii) Cantoneiros de vias (desde que a exercer funções referidas nas alíneas a) b) e c) d) e e) do n.º precedente); -----

----- (iii) Operacionais afetos ao serviço de cemitérios; -----

----- (iv) Operacionais afetos ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO); --

----- (v) Condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, quando em operação de redes de saneamento; -----

----- (vi) Outros operacionais que desenvolvam as suas funções nas áreas aludidas e não especificamente mencionados nas alíneas anteriores. -----

----- 3.º) Que seja aprovada a qualificação do nível de insalubridade ou penosidade nos seguintes termos: -----

----- a) Canalizadores: Nível médio de insalubridade ou penosidade; -----

----- b) Cantoneiros de vias: Nível médio de insalubridade ou penosidade; -----

----- c) Operacionais afetos Serviço de cemitérios: Nível alto de insalubridade ou penosidade; --

----- d) Operacionais afetos ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO): Nível alto de insalubridade ou penosidade; -----

----- e) Condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, quando em operação de redes de saneamento: Nível médio de insalubridade ou penosidade; -----

----- Em termos financeiros os custos estimados com o pagamento deste suplemento estima-se em 15.110,00€, conforme consta em rubrica própria no orçamento da despesa para o exercício. ----

----- Em face do atrás aludido e, nos termos da legislação supra referenciada, proponho a aprovação da presente proposta, para que possa ser submetida à votação da Assembleia Municipal, nos termos das competências daquele órgão do Município." -----

----- O senhor Presidente da Câmara disse ainda que: "O Mapa de Pessoal para o ano de 2023 apresenta algumas condicionantes, que é importante que sejam esclarecidas e para as quais temos que olhar. Este documento nasceu em 2021, com o valor de cinco milhões novecentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta euros e neste momento, o valor de recursos humanos do Município, é de seis milhões quatrocentos e cinquenta e três mil e noventa e cinco euros, por força de dois reforços nas duas revisões, uma de cento e sessenta mil e setecentos euros, porque o Orçamento de Estado foi apresentado mais tarde, e previa aumentos de ordenados, e nós tivemos que fazer um reforço para acomodar esses aumentos do Estado. E mais tarde, em Abril, reforçámos com mais trezentos e quatro mil e quarenta e cinco euros para integrar trinta e três funcionários da área da educação, que corresponde a quinhentos e vinte e quatro mil euros. Como se sabe, nós vamos receber a ação social no próximo ano e prevê-se acomodar mais três técnicos superiores,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cujo valor estimado é de setenta e sete mil euros, em números redondos. Para além disso, temos os aumentos previstos, quer aumentos dos ordenados, como o subsídio de alimentação e todas as prestações sociais que calculamos ascenderem a trezentos mil euros. O que quer dizer que, estão aqui explicados, em números redondos, um milhão de euros de aumento. E esse milhão de euros de aumento é inevitável. Nós vamos aqui discutir um veterinário, cuja contratação está em curso, um fiscal, cuja contratação está em curso, um engenheiro civil estando a ser lançado o concurso, e alguns ajustamentos com mobilidade. O restante, são situações de passagem de abertura do concurso em situação de final de contratados a prazo, tendo que criar o lugar para tempo indeterminado. Neste momento, se não tivéssemos recebido os trinta e três funcionários que vieram da educação, o município de Porto de Mós, teria nove funcionários a menos, do que em 2017. Aquilo que nós temos aqui, é um documento que prova a importância de gerir com cuidado as despesas correntes, porque o peso dos vencimentos é cada vez maior. O Estado vai aumentar em cerca de 7%, os ordenados do próximo ano, não aumentou o valor da transferência a esse nível, nós vamos receber um aumento de cerca de 4,8%, portanto só nisso, temos logo à partida um défice de 3%, e dizer-vos que, não é possível pôr esta máquina a funcionar com menos funcionários. Aliás, o Orçamento inicial de 2022, comparado com aquilo que é atual, já tem mais cerca de seiscentos mil euros do que tinha inicialmente. Estes seiscentos mil euros, retirando para não aumentar um milhão de euros, como afirmaram os senhores Vereadores do Partido Socialista na sua declaração de voto, mais uma vez. Eu acho que os Vereadores do Partido Socialista, se querem votar contra votam contra, estão no seu pleno direito, se querem esclarecimentos, têm de pedir para nós os esclarecermos. Não foi isso que aconteceu, e esta é uma votação que eu considero de todo, irresponsável, porque se nós não cumprirmos com este aumento, temos que despedir cerca de setenta pessoas. E também quero dizer aqui, que nunca, e repito, nunca disse, que a Câmara tinha dificuldades em pagar ordenados, como vem na declaração de voto. Isso é mentira. Nunca disse!" -----

-----O senhor Vereador do Partido Socialista, Rui Fernando Correia Marto, interrompeu, pedindo à senhora Presidente da Assembleia para usar da palavra no fim da intervenção do senhor Presidente da Câmara, ao que este respondeu que não podia e que ele é que autorizava, sendo esta uma norma regimental. A senhora Presidente da Assembleia interveio dizendo que o senhor Vereador apenas poderia falar se o senhor Presidente da Câmara o permitisse, conforme dispõe o Regimento da Assembleia Municipal. Nesta altura, os senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, abandonaram a sala de sessões.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----
-----"Boa noite a todos. Entristece-me o que se está a passar, mas gostava de tentar perceber a falácia: se nós votarmos contra, vão despedir setenta pessoas, se nós não votarmos contra, vão contratar trinta e uma. Como é que esta lógica funciona? Muito obrigado."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----*“Mais uma vez boa noite a todos. Relativamente ao Mapa de Pessoal, já todos estamos de alguma forma esclarecidos. Já foi explicado, até anteriormente, o peso das despesas com pessoal, os gastos com pessoal, estão inseridos nos recursos humanos, neste caso orientados para um serviço público bastante competente tendo como forma não só de responder às delegações de competências, mas se fizerem a análise ao documento que foi apresentado, também à própria preparação desta organização ou deste município para a era digital, e ainda mais, uma apostas nas carreiras, ou seja, no rejuvenescimento dos recursos humanos do município. Se repararem, estão ali áreas como a ação social, o apoio ao saneamento, às obras municipais, cemitérios, entre outros. Acresce, que nesta data como está aí no mapa, temos cerca de trinta e um colaboradores, ou seja, temos menos cerca de treze colaboradores do que tínhamos a 31 de dezembro de 2021. Neste momento, ou estão a preencher ou se forem preenchidos, passaremos então para um máximo de trezentos e quarenta e um colaboradores. Relativamente ao acréscimo de custos, o senhor Presidente já explicou. Fazendo apenas aqui uma leitura muito rápida do número de trabalhadores que tivemos ao longo dos últimos anos. Em 2015, tínhamos 345, em 2016, 321, em 2017, 319 e 2018, 321, em 2019, 318, em 2020, 316, em 2021, 314. E hoje temos 301. Não tenho mais nada para dizer. Obrigado.”*-----

-----O senhor Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Samuel Costa que “ eu não disse que íamos despedir, eu disse, se fosse cumprido. Aquilo que os vereadores do Partido Socialista propuseram, que era, não aumentar um milhão de euros, tínhamos que despedir pessoas. Isso é simples. Nós não vamos admitir trinta e uma pessoas, eu pensei que tinham percebido. Mas eu vou explicar uma a uma. É assim, nós temos um avençado no FabLab, está um concurso aberto para meter uma pessoa. Vamos deixar de ter o avençado e vamos ter de abrir um lugar, porque senão temos de mandar o avençado para casa, para poder abrir o lugar. Temos um conjunto, oito operacionais que estão a contrato. Temos que abrir um concurso, que demora seis meses, na prática, o que vocês pretendem é que eu os mande para casa e ficamos sem estes operacionais. Não pode ser. Isto é planeamento. Os senhores, na última Assembleia Municipal, porque contratámos mais seis assistentes operacionais que eram necessários para a escola por força do aumento substancial do número de alunos, não votaram a favor e a justificação foi falta de planeamento. Agora estamos a fazer planeamento e os senhores são à mesma contra, porque afinal aumentou demais. Oh senhor deputado, eu peço-lhe imensa desculpa, mas eu, se pu8desse reduzir dois ou três milhões de euros a carga com os recursos humanos, era o primeiro a dar-lhe razão, agora eu não tenho a culpa que o Estado aumente sistematicamente, por exemplo, o ordenado mínimo nacional, e agora até vai, e bem, aumentar outros, e depois as prestações sociais também aumentam. Nós neste momento, devolvemos ao Estado cerca de 30% a mais do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devolvíamos em 2017, de prestações sociais. Isto tem um peso muito grande. Este peso são dezenas de milhares de euros que temos de devolver ao Estado e o Estado, não nos aumentou a receita corrente, em linha com aquilo que temos que devolver. Por isso é que a despesa com os vencimentos, é desta forma, aparentemente exorbitante. Não é para admitir mais funcionários, e esta Assembleia vai, durante este próximo ano, verificar que, os trinta e três funcionários, tivemos que os receber, os da Segurança Social, vamos ter que os receber, eventualmente, vamos ter que aumentar alguns recursos humanos, por força de reformas. Pediram-me planeamento, aqui está. No ano que vem, oito reformas. Então, abrimos o concurso só depois das pessoas irem para casa? Há lugares que são determinantes, como é o serviço de águas. Nós temos que começar agora a contratar para depois acautelar, a própria formação das pessoas. Se o vosso entendimento, é efetivamente, se o que está em causa é a contratação de trinta e uma pessoas, eu peço desculpa, mas não é verdade, porque aquilo que é resultado final e este é aquilo que tem que ser analisado, não corresponde em nada, àquilo que vocês estão a dizer, em nada, em nada."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que, e para que fique claro, uma vez que os senhores vereadores do Partido Socialista abandonaram a sessão, o artigo 23º do Regimento da Assembleia Municipal, diz que, no seu nº 3, "Os vereadores têm o dever legal de assistir a todas as reuniões legalmente convocadas da assembleia, podendo intervir nos debates, sem direito de voto, com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal" e no seu nº 4 que "Os vereadores podem ainda intervir no exercício da defesa da honra.....", que o senhor Vereador não pediu. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação ponto 5 da Ordem de Trabalhos - **Mapa de Pessoal para o Ano de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor, 7 (sete) votos contra e 2 (duas) abstenções**.-----

-----O deputado Samuel Costa, eleito pelo Partido Socialista, passou a ler a seguinte declaração de voto, que depois fez chegar à Mesa da Assembleia:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Proposta de "Mapa de Pessoal para o ano de 2023 (Apreciação, discussão e votação):--

-----Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista apresentam a seguinte declaração de voto da proposta relativa ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos:-----

-----Já foi afirmado pelo senhor Presidente da Câmara, Jorge Vala, que o Município sente algumas dificuldades com o pagamento aos colaboradores, bem como os encargos a eles inerentes;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Orçamento para 2023 prevê uma dotação de quase 7 000 000€ (sete milhões de euros) para despesas com pessoal, montante que representa 39,84% do total da despesa corrente, um acréscimo de 1 000 000€ (um milhão de euros) face ao ano anterior; -----

-----Tendo em conta que ainda há pouco tempo houve um significativo aumento do número de colaboradores no quadro de pessoal do Município de Porto de Mós;-----

-----O Executivo Camarário não consegue, através da documentação apresentada, justificar uma grande parte das novas necessidades que preveem o aumento de 31 postos de trabalho; -----

-----Entendemos assim, que o aumento previsto do Mapa de Pessoal não se encontra devidamente fundamentado;-----

-----Não conseguindo alcançar a razão de ser de, juntamente com a proposta do Mapa de Pessoal para 2023, o Executivo apresentar uma proposta de atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade a alguns colaboradores, os Vereadores eleitos pelo PS, propuseram a separação destes assuntos, sendo discutidos e votados em dois pontos distintos;-----

-----Tal proposta não foi acolhida pelo executivo;-----

-----Nesta matéria, acompanhamos essa proposta, em virtude de termos sentidos de voto distintos nestes dois assuntos, que na verdade, não vemos razão para serem tratados em conjunto;--

-----Desta sorte, em consonância com a posição tomada pelos Vereadores eleitos pelo PS, com a qual concordamos, os deputados da Assembleia Municipal eleitos pelo PS, votam contra a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023, contudo, ressalvamos que concordamos com a atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade proposto.-----

-----Os Deputados Eleitos pelo PS. Porto de Mós 16 de dezembro de 2022. (assinatura).-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, começando por dizer que "eu tenho uma resposta para essa declaração de voto, que é exatamente igual à que foi apresentada pelos senhores Vereadores". Perante a manifestação de descontentamento dos deputados eleitos pelo Partido Socialista pelo facto de o senhor Presidente da Câmara estar a responder a uma declaração de voto que foi apresentada na sequência da votação do ponto 5 da Ordem de Trabalhos, bem como o facto de essa réplica não estar contemplada no Regimento, o senhor Presidente disse, apenas querer fazer um esclarecimento, tendo a senhora Presidente da Assembleia anuído, concedendo-lhe o uso da palavra. O senhor Presidente da Câmara passou a dizer a Samuel Costa "que esta questão da salubridade já foi explicada. É ilegal. Não se pode separar. Na Lei diz que tem que vir junto. E portanto, porque é que os senhores insistem que tem que se separar. Não faz sentido." -----

-----**6. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8/2012, de 21 de Fevereiro:-----

-----O senhor Presidente da Câmara apresentou o documento que a seguir se transcreve, que foi presente a reunião de Câmara de 02.12.2022, dizendo que o mesmo é para conhecimento da Assembleia Municipal e disponibilizando-se para responder a quaisquer dúvidas que possam surgir.-----

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária realizada a 17-12-2021, conceder autorização prévia à Câmara Municipal, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior.

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 30 de dezembro de 2021 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

-----Face ao exposto, e dando cumprimento ao artigo 27.º das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2022, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01-09-2022 a 25-11-2022.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Data	Designação	Montante		
		Ano 2022	Anos Seguintes	Total
30-09-2022	Contratação em regime de avença de 1 Técnico de Natação para as piscinas municipais	1.039,98€	2.080,02€	3.120,00€
30-09-2022	Contratação em regime de avença de 1 Técnico de Design Industrial para a FabLab	5.535,00€	16.605,00€	22.140,00€
20-10-2022	Contratação em regime de avença de 3 técnicos de Natação para as piscinas municipais	7.835,10€	18.880,50€	26.715,60€
24-10-2022	Contratação em regime de avença de 1 Técnico de Natação e Hidroginástica para as piscinas municipais	2.656,80€	6.199,20€	8.856,00€
25-10-2022	Contratação em regime de avença de 5 técnicos de Natação para as piscinas municipais	9.866,04€	19.822,18€	29.688,22€
25-10-2022	Contratação de serviços para a realização do espetáculo "Crianças ao Palco 2022-2023"	6.519,00€	9.778,50€	16.297,50€
31-10-2022	Transferência para a Junta de Freguesia de Mira de Aire para apoio nas despesas com o Pavilhão de Mira de Aire	6.990,30€	50.330,16€	57.320,46€

-----Não havendo quaisquer pedidos de intervenção, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----**7. Contratação de empréstimo a MLP para a obra: Saneamento Lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boeira, até ao limite de 3,5 M €: Encargos plurianuais – Proposta:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que a seguir se transcreve, e que foi aprovada em reunião de Câmara de 02.12.2022, e que se prende com algumas duvidas suscitadas pelo Tribunal de Contas e os esclarecimentos que foram solicitados exigem que venha aqui este plano financeiro:-----

-----"A operação de crédito supra referenciada foi aprovada, por unanimidade, em sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 29 de abril de 2022, nos termos das suas competências previstas na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013, na sua atual redação.-----

-----O processo teve algum atraso na remessa ao Tribunal de Contas decorrente também de algum atraso, por razões de ordem técnica e outras, do início do processo tendente à adjudicação da obra cujo produto do empréstimo será financiada.-----

-----De algumas questões suscitadas por aquele Tribunal coloca-se a questão da aprovação da assunção de encargos plurianuais com esta operação, ou seja as amortizações do capital mais os juros.-----

-----Embora esteja implícita na deliberação da Assembleia Municipal que aprovando o empréstimo assume os encargos plurianuais, no entanto tal situação não decorre do texto da ata da sessão e, nesse sentido deverá ser submetido aquele órgão este assunto para que se possa responder de forma cabal ao Tribunal Contas e para que não subsistam qualquer dúvidas sobre o processo em apreço.-----

-----Tendo em conta o atrás referenciado e, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 04 de janeiro, na sua atual redação (Código do Procedimento Administrativo), submete-se proposta de repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente aos anos de 2022 a 2037, no estrito cumprimento do artigo 22.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho e na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos nas suas redações atuais, conforme plano de pagamentos apresentado em anexo ao contrato de empréstimo e que faz parte integrante e por questões de densificação aqui se reproduzem os valores:-----

Ano	Amortizações	Juros	Total
2022	0	7.155,56	7.155,56
2023	0	14.194,45	14.194,45
2024	134.615,38	14.233,34	148.848,72
2025	269.230,76	13.373,29	282.604,05
2026	269.230,76	12.281,41	281.512,17
2027	269.230,76	11.189,42	280.420,18
2028	269.230,76	10.126,07	279.356,83
2029	269.230,76	9.005,77	278.236,53
2030	269.230,76	7.913,89	277.144,65
2031	269.230,76	6.822,00	276.052,76
2032	269.230,76	5.746,58	274.977,34
2033	269.230,76	4.638,25	273.869,01
2034	269.230,76	3.546,37	272.777,13
2035	269.230,76	2.454,48	271.685,24
2036	269.230,76	1.367,21	270.597,97
2037	134.615,50	270,73	134.886,23
TOTAIS	3.500.000,00	124.318,82	3.624.318,82

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra começou por dizer que "fique claro que eu não sou contra o empréstimo, só que quero dizer aqui algumas coisas. É a quarta vez que vem o pedido de empréstimo a esta Assembleia. Não percebo, alguma coisa está mal. Da parte da bancada maioritária, é tudo maravilhoso. Do outro lado, não. Portanto, eu não sei, há quatro anos que se fala no saneamento, o ano passado nas eleições até se disse que já estava em andamento. Até ver, nada, e eu não sei se é realmente para 2023, se é para 2023 e 2024, se é para 2025...eu não sei. Só que eu tenho dúvidas e só fico satisfeito quando vir começar as obras, e passarem à minha porta. Gostava que o senhor Presidente explicasse, quarta vez." Disse ainda que está há dezassete anos na Assembleia e é a primeira vez que aparece um pedido para um empréstimo bancário, que tem que vir aqui quatro vezes.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"Cumprimento novamente todos os presentes. Quanto ao ponto em análise, obviamente que o senhor Presidente esclareceu perfeitamente o que é que se está a passar, houve aqui uma incongruência, e como só não erra quem não trabalha, há aqui um esclarecimento, e daí que tenha vindo aqui à Assembleia. Para responder aqui ao senhor deputado Joaquim Santiago, se está há dezassete anos na Assembleia Municipal, sabe que há dezassete anos que é uma promessa eleitoral. Durante doze anos esteve a governar o Partido Socialista, e essa promessa foi sendo sempre adiada mandato a mandato. Efetivamente há uma promessa eleitoral deste executivo, as coisas todas têm o seu tempo, e há um processo que já teve início e que está no bom caminho, a bem de todas as pessoas que serão depois beneficiadas pelo saneamento básico."-----

-----O senhor Presidente usou da palavra para dizer o seguinte: "Reduzir este projeto a quatro anos, é reduzi-lo só, ao tempo que lhe convém. Este projeto, direi que tem barbas. E mais, eu já pedi ao senhor Vereador o projeto que era melhor do que o nosso, e ele não o entregou. Vocês na campanha, andaram a dizer que tinham um projeto a jeito de ser lançado o concurso. E eu nunca vi projeto nenhum. Vamos lá por partes. O projeto de saneamento da Cumeira, está concluído, aprovado, concurso público em fase de análise das propostas, e em paralelo, correu o processo do empréstimo. O contrato com a empresa, para ir a Tribunal de Contas, tem de ter a fonte de financiamento aprovada. E uma das fontes de financiamento, como se sabe, é o empréstimo bancário que foi aprovado pela Assembleia Municipal. Foi assinado o contrato com a Caixa Geral de Depósitos, e na remessa do contrato, o Tribunal de Contas detetou, teve algumas dúvidas relativamente a esse contrato, nomeadamente com a CGD, que já foram esclarecidas. E faltou-lhes uma coisa que era, ponto 1. Aprovação do empréstimo, ponto 2. Aprovação do plano financeiro. Não foi isso que foi feito. E nós, podíamos justificar isto, e como se diz na gíria, andar a bater bolas com o Tribunal de Contas. Assim, é preferível vir à Assembleia Municipal, ratificar o ponto, mandar um extrato da ata para o Tribunal de Contas e está resolvida a questão. Até porque esse plano financeiro que aí está, já não é exequível, e não sei se a seguir o Tribunal de Contas não nos vem dizer, esse plano financeiro já não conta, aprovelem lá outro. Agora, isto é a burocracia deste País, não é o problema da Câmara, isto é uma questão que eu considero de menor importância. O processo do saneamento básico, está a avançar, vai avançar, vai ter máquinas em 2023, isso eu garanto."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 7 da Ordem de Trabalhos - **Contratação de empréstimo a MLP para a obra: Saneamento Lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boeira, até ao limite de 3,5 M €: Encargos plurianuais – Proposta** -, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----A Mesa da Assembleia Municipal tomou nota de que nesta altura o senhor Deputado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Júlio João Carreira Vieira eleito pelo Partido Social Democrata se ausentou da sala, passando a haver 30 (trinta) membros da Assembleia em efetividade de funções.

8. Desafetação de domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno:

---O senhor Presidente apresentou a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 17.11.2022, e que a seguir se transcreve:

-----"Na sequência da solicitação pela empresa Dolinas Hotel, Lda., sobre a pretensão de aquisição de quatro áreas, com um total de 460,90m², para as integrar na área do lote do Hotel, conforme o seguinte: -----

-----A - Fosso para iluminação natural (poço inglês) do piso - 1 em cave, com a área de 139,10m²; -----

-----B - Rampa de acesso ao piso -1, em cave, com a área de 134,40m²; -----

-----C - Posto de transformação do Hotel, com a área de 47,10m²; -----

-----D - Espaços verdes (jardim), com a área de 140,30m². -----

-----Verifica-se que as parcelas A, B e C, são zonas que só estão afetas à utilização do Hotel, enquanto, que a parcela D é um espaço verde, para uso de todos os lotes, o qual se mantém como zona verde, mas com a manutenção a executar pelo proprietário do lote do Hotel.

-----As referidas áreas, com os respetivos usos, estão incluídas nas áreas de cedência ao domínio público da operação de loteamento (proc.º n.º 621/2003), com o alvará n.º183/2004 e respetivos aditamentos.

-----Face ao pretendido é necessário que em reunião de Câmara Municipal seja proposto a submissão de aprovação pela Assembleia Municipal sobre a desafetação do domínio público para o domínio privado, dadas as características de localização e afetação das referidas áreas, de acordo com as plantas em anexo."

-----O senhor Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que "é mais do que uma parcela, são várias parcelas, é no loteamento do edifício do hotel. O hotel neste momento já está em construção, fez-nos um pedido de alteração para utilizar partes do piso menos um e partes do piso menos dois. O piso menos dois é técnico. O piso menos dois é para utilizar por baixo da rampa da frente. No piso menos um, é por baixo de um poço inglês, que é para iluminação, pediu-nos apenas para comprar o terreno onde é para ser implantado o PT, porque a EDP não aceita que não seja do proprietário, e pediu-nos tomar conta do jardim, uma vez que o jardim, dá para um espaço amplo de sala de conferências e querem ser eles a fazer a manutenção do jardim. O jardim continua um espaço aberto, e não vai de certeza absoluta deixar de ser jardim, porque eles têm de fazer esse compromisso por escrito. O que está aqui em causa, não é vender, é passar do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

domínio público da Câmara para o domínio privado, para depois a Câmara fazer, como já fez no passado, ir às Finanças saber qual é o preço de preferência e neste caso, lançar uma hasta pública para os senhores eventualmente comprarem, os senhores ou outros quaisquer."-----

-----**Norberto Feteiro (PS):**-----

"Cumprimento a senhora Presidente, o executivo, e na pessoa da senhora Presidente, todos os presentes. Em relação a esta situação, cedências em relação ao hotel, há aqui uma questão importante: para o início do hotel, o hotel tem de ter um projeto aprovado pela Câmara. A Câmara aprova o projeto em função da proposta que o dono do hotel ou o dono do projeto faz à Câmara, e qualquer coisa há de esquisito. O dono da obra tem de meter o projeto à Câmara com a implantação daquilo que quer e não vir agora utilizar os espaços públicos para meter as pretensões que queria no projeto. Se ele metesse no projeto aquilo que está agora a meter debaixo do solo que é público, reduzia-lhe a área do projeto. Estamos aqui a beneficiar com espaço público, uma coisa que deveria ter sido vista pelo proponente do projeto, na altura em que meteu o projeto à Câmara. Deveria ter visto as áreas que precisava para implementar aquilo que queria e não meter um projeto, aprová-lo, e depois no fim, nem a Câmara descobriu que ele precisava de mais coisas, nem o dono do projeto se apercebeu que não tinha espaço suficiente para aquilo que queria. Com estas cedências todas da Câmara estamos a aumentar a área do projeto, e estamos a beneficiar nitidamente só o proponente. E era só. Obrigado."-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

"Em relação a este assunto, hotel, 2004. Falar no hotel, lembra o Euro 2004. E as coisas começaram mal. Depois passados uns anos, até apareceram aí um macaense, um chinês... resolvia-se de um dia para o outro o problema do hotel, mas parece que ficou tudo em águas de bacalhau. E continuamos com a mesma situação. Até que, finalmente, parece que vai ser uma realidade, acabar o hotel. E aqui não está só em causa acabar o hotel. Está também em causa a entrada de Porto de Mós, o embelezamento da entrada de Porto de Mós. São duas situações para que nós temos de olhar. Uma o hotel, que precisa de existir, e outra o embelezamento, para ver se deixamos de ter ali aquela forma de entrar em Porto de Mós. Evidentemente que, provavelmente o que deve ter acontecido, algumas exigências de algum Ministério para determinadas situações que o senhor Presidente ali disse, e para que o hotel pudesse ali ter essas benfeitorias, tem que ter mais algum espaço. E se efetivamente esse espaço não faz falta ao Município de Porto de Mós, se esse espaço é necessário para ali, por que razão não o devemos fazer? E como disse, principalmente com uma ideia, que é, acabem de uma vez por todas o hotel em Porto de Mós. Por isso, votaremos a favor, como é óbvio."-----

-----O senhor Presidente, respondeu, dizendo que queria dar nota do seguinte: "o espaço em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

causa, com exceção do jardim, são todos espaços interiores. Na maioria das obras pequenas entram na Câmara projetos de alteração, e às vezes mais do que um. Esta obra de grande dimensão, tem um projeto de alterações, que tem em vista, dar seguimento a um conjunto de atividades que eventualmente, inicialmente não estavam previstas. Mas estamos a falar de pouquíssimos metros quadrados. Estamos a falar de áreas dentro do espaço do hotel. Estamos a falar de situações que, noutros casos, diria eu, nem sequer vinham à Câmara para perguntar se autorizavam, eram utilizados e pronto. Porque ninguém lá vai ver debaixo, se por cima do passeio está utilizado ou não está. A entidade quer ter tudo legal, e bem, e para ter tudo legal vai gastar mais quarenta ou cinquenta mil euros, a comprar espaços, que são, direi, ar, dentro do seu espaço. Aquilo que aqui está em causa, não é favorecer ninguém. É permitir, dar seguimento, que o projeto se conclua dentro do prazo, e o prazo é final de 2023. Neste momento estão a trabalhar quase de dia e de noite para poder cumprir o prazo e é termos em Porto de Mós, como disse e bem, o Luis Almeida, uma entrada diferente daquilo que era. E portanto, não há aqui benefício nenhum, a entidade vai pagar o preço que é definido pelas finanças, (ou ela ou outro, é o que for), mas todos queremos que efetivamente este projeto se conclua e é bom que não sejamos nós aqui a criar mais entraves."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia, pôs a votação o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Desafetação de domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 22 (vinte dois) votos a favor, 7 (sete) votos contra e 1 (uma) abstenção.**-----

-----A bancada do Partido Socialista, apresentou seguinte declaração de voto, que depois de lida, fez chegar à Mesa da Assembleia:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Proposta de desafetação de domínio publico para domínio privado do Município, de uma parcela de terreno; (Apreciação, discussão e votação):-----

-----Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, apresentam a seguinte declaração de voto da proposta relativa ao Ponto 8) da Ordem de Trabalhos:-----

-----1º - Considerando que, no passado, em 2021, já houve alguns ajustes na propriedade da empresa Dolinas Hotel, Lda., com a cedência por permuta à referida entidade, por parte do Município a área de 347.77 m2 e receção para integração do domínio publico 17.72m2;-----

-----2º - Considerando que, na atual proposta, a maior parte do solo de domínio publico resultado da cedência do domínio privado para domínio publico na permuta referida no ponto anterior volta para o domínio privado;-----

-----3º - Considerando que, na presente proposta, o que se propõe é a retirada do domínio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público, de mais de 460.90 m2, perfazendo a totalidade de 790.95m2;-----

-----4º - Considerando que, essa área é constituída por, entre outras parcelas, zona de jardim, o que na localização em causa apresenta alguma escassez na oferta deste tipo de equipamentos;-----

-----5º - Considerando que, na reunião de Câmara, onde foi discutido e votado o presente assunto, foi apresentada uma proposta do PS no sentido de ser retirado da mesma, a zona ajardinada a Poente do Hotel em construção;-----

-----6º - Considerando que, ao passar para domínio privado o que é publico sem qualquer tipo de ónus, se está claramente a limitar o direito aos Portomosenses, com especial enfoque nos moradores daquele loteamento, a um simples ato de fruição de um espaço verde da forma que melhor lhe convir, desde que cumprindo as regras da urbanidade;-----

-----7º - Considerando que, na proposta não fica qualquer justificação válida para a passagem do espaço verde a Poente do Hotel para domínio privado;-----

-----8º - Considerando que, nesta proposta prevalece o interesse privado sobre o interesse publico;-----

-----9º - Os Membros da Assembleia eleitos pelo PS, votam contra a proposta de Desafetação de domínio publico para domínio privado do Município, de uma parcela de terreno.-----

-----Os Deputados do PS. Porto de Mós, 16 de dezembro de 2022. (assinatura) "-----

-----A senhora Presidente da Assembleia perguntou se não havia algum esclarecimento a ser dado, salientando que quem preside, quando há declarações e considerandos, é evidente que deverá ter oportunidade de esclarecer qualquer situação, o que é normal em qualquer assembleia, não só na Assembleia Municipal, como em outras assembleias, porque tem a responsabilidade perante todos de esclarecer.-----

-----9. Pedido de autorização Contratos Interadministrativos com as Freguesias para o ano de 2023:-----

-----O senhor Presidente apresentou a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 17.11.2022, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que a delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico da delegação de competências dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, a qual se concretiza através de Contratos Interadministrativos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 120.º da mencionada lei, podendo os mesmos efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Considerando que os Contratos Interadministrativos visam regular as relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública Local uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências; -----

-----Considerando que a negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; -----

-----Considerando que a par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Contratos Interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo; -----

-----Considerando ainda que: -----

-----Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;-----

-----Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas; -----

-----As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º; -----

-----A celebração do presente Contrato é uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações, aproximando as decisões dos cidadãos, promovendo a coesão territorial e reforçando a solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a racionalização dos recursos disponíveis; -----

-----Já ficou demonstrado em mandatos anteriores, que a delegação de competências não configura qualquer aumento da despesa pública global, aumentando sim a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos; -----

-----Num contexto de escassez de recursos, é importante rentabilizar os meios disponíveis, num pressuposto de cooperação, solidariedade, coresponsabilização, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas; -----

-----A delegação de competências deve ser acompanhada da transferência dos meios necessários ao seu adequado exercício; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Propõe-se assim, ao abrigo da legislação acima referida, a aprovação da Minuta dos Contratos Interadministrativos com as freguesias para o ano 2023."-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse "tratar-se do seguimento dos contratos interadministrativos anteriores. Nós passámos em 2017 de setenta e cinco mil euros para duzentos e setenta e cinco mil em 2018. Ficou uma discriminação positiva à freguesia de Alqueidão da Serra por força da receita do Parque Eólico de Chão de Falcão com o Município de Porto de Mós, na altura, e neste momento, criámos condições para reforçar este valor dos duzentos e setenta e cinco mil euros para trezentos e vinte e cinco mil, incluindo o mesmo critério, vamos dar aqui mais um pequeno ajuste e apoio aos nossos autarcas de freguesia, que bem merecem, até porque para eles também encareceram as pequenas obras e é natural que com este valor a mais, não façam mais, mas que pelo menos façam aquilo que foi contratado fazer".-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire):**-----

-----"Senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, cumprimento nas suas pessoas também todos aqueles que estão aqui presentes. Eu queria questionar o senhor Presidente da Câmara sobre se não teria mais cinquenta mil euros para distribuir pelas freguesias, porque esse valor seria muito bem-vindo. Eu comecei a minha intervenção com esta graça, porque para nós, Presidentes de Junta, é agradável termos algum fundo de manuseio para fazermos as pequenas obras de que as Juntas de Freguesia estão carenciadas e que de alguma forma, e de certeza absoluta, fazemos nós as obras mais baratas do que se fosse a Câmara Municipal a fazê-las. De maneira que, o que nos resta a nós, e eu falo pelos meus colegas Presidentes de Junta, é que, esse valor é bem-vindo, é bem empregue, e será com certeza, um meio de também de ajudar mais diretamente as pessoas que vivem nas freguesias. Obrigado."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 9 da Ordem de Trabalhos - **Pedido de autorização Contratos Interadministrativos com as Freguesias para o ano de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Regulamento de Alienação de Lotes em Áreas de Atividades Económicas Programadas:**-----

-----O senhor Presidente apresentou a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 27.11.2022, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Considerando que: -----

-----A Câmara Municipal de Porto de Mós deliberou em sua reunião ordinária de 20 de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezembro de 2018, dar início ao procedimento para elaboração do "Regulamento de Aquisição de Lotes em áreas de Atividades Económicas".

A Câmara Municipal de Porto de Mós, em sua reunião ordinária de 28 de julho de 2022, deliberou submeter a consulta pública o projeto de alterações ao "Regulamento de Aquisição de Lotes em áreas de Atividades Económicas".

A discussão pública foi fixada em 30 dias úteis a contar da data da publicação do respetivo Edital no Diário da República, cujo prazo teve início a 13 de agosto de 2022, conforme Edital n.º 1212/2022, de 12 de agosto.

Decorrido o prazo de discussão pública não se registou qualquer sugestão ou reclamação sobre o referido projeto de regulamento.

Em face do que antecede, é proposto que o "Regulamento de Aquisição de Lotes em áreas de Atividades Económicas", em anexo, seja submetido à próxima reunião do órgão executivo para posterior aprovação pela assembleia municipal, órgão que detém a competência para o feito, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

O senhor Presidente da Câmara disse que "este é o Regulamento que já percorreu todos os trâmites, é o regulamento inevitável porque como nós temos uma candidatura associada, ela tem também exigências na base regulamentar – o nosso regulamento era muito antigo, não dava resposta a estas exigências atuais, e portanto avançámos com o regulamento. Ele foi validado também pela CCDR, pelo Gabinete Técnico, pelos nossos juristas e foi concertado também, com outros regulamentos de outros municípios que têm a correr candidaturas dos parques empresariais. Estamos na reta final, este regulamento é necessário para começarmos o processo logo que fique registado o lote ALE Porto de Mós 1ª fase, precisamos de ter o regulamento e portanto vem aqui agora para ser analisado, discutido e votado, para posterior publicação em Diário da República."

Não havendo pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto 10 da Ordem de Trabalhos a votação - **Regulamento de Alienação de Lotes em Áreas de Atividades Económicas Programadas** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

11. Proposta final de ARU+ORU de Juncal e Relatório de Ponderação da Discussão Pública:

O senhor Presidente apresentou a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 02.12.2022, e que a seguir se transcreve:

"No âmbito da implementação da estratégia de reabilitação urbana para a vila de Juncal, recorrendo à delimitação de uma ARU e sua operacionalização através de instrumento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próprio -Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), findo que é o período de Discussão Pública e concluída a ponderação das participações recebidas, apresenta-se à apreciação do executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Juncal e respetivo PERU.-----

-----Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal os seguintes pontos:-----

-----Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----

-----Publicitação (meios) dos resultados da Discussão Pública;-----

-----Submissão da Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Juncal e respetivo PERU, para análise e aprovação, à Assembleia Municipal.-----

-----Os documentos atrás referidos, seguem em anexo a esta informação.-----

-----À consideração superior. -----

-----Anexos: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Juncal; Relatório de Ponderação da Discussão Pública (ARU+ORU) "-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Louceiro (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal - PS):**-----

-----" Boa Noite a todos, na pessoa da senhora Presidente, cumprimentar a restante Assembleia, e na pessoa do senhor Presidente da Câmara, cumprimentar o executivo. Sobre este tema, não vinha preparado, mas decidi intervir. Agradecer ao executivo o lançamento desta ARU e ORU e espero que os Juncalenses venham a aproveitar desta oportunidade porque a nossa vila precisa. Está a ficar com edifícios que estão a entrar em degradação. Espero que dos técnicos da Câmara e do Executivo, tudo aquilo que os Juncalenses venham a pedir e a solicitar, que sejam céleres nas respostas, porque eu sei que isto são projetos a longo prazo, mas as pessoas quando se envolvem neles, se não houver respostas atempadas, as pessoas acabam por quase desistir dos projetos. Eu sei de algumas situações em que as pessoas já se estão a preparar para poderem avançar, e de resto, apenas desejar a todos um Bom Natal e Boas Festas."-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----"Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, o executivo, outros colegas deputados, público. A ARU do Juncal e a consequente ORU que estamos hoje a analisar, que nos é proposta pelo Município, tem como princípio, a reabilitação de uma zona que carece de especial atenção, justificada pela intervenção integrada de reabilitação e revitalização de toda a zona moderna do Juncal. A zona urbana foi praticamente toda incluída na zona definida pela ARU, o que traz enormes vantagens para todos os Juncalenses, pelo impacto e pelo resultado positivo que daí pode advir. À semelhança de outras zonas do concelho, designadamente Porto de Mós, Corredoura e Mira de Aire, também o Juncal, agora pode e vai beneficiar das várias vantagens que estão associadas a este programa e pode ver a sua sede de freguesia ver melhorar mais e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor. As zonas que estão abrangidas por estes programas propostos pelos municípios, vêm a possibilidade de se renovar e transformar, não só aqui, mas todos aqueles que se candidatam a esses planos. Quase sempre, zonas um pouco degradadas tanto a nível de habitação como a nível do seu património público, cultural e histórico, colhem daqui alguns benefícios para se poderem revitalizar. O Juncal, tem uma área habitacional interessante. A procura de habitação é bastante, até pela oferta de emprego que se proporciona na zona. Hoje, como todos sabem, os custos de construção, estão pelas horas da morte, o que dificulta a procura de investidores ou de potenciais interessados neste tipo de imóveis habitacionais. Por isso, este programa Aru, vem facilitar de alguma forma e trazer alguns benefícios para quem quiser reabilitar alguns edifícios do Juncal. Podíamos até considerar que os benéficos que resultam deste plano, rondam cerca de 5% nos custos de construção ou reconstrução o que é bastante nos tempos difíceis que atravessamos. Assim, o que se pede a todos os Juncalenses, é que promovam a nossa terra, criem mecanismos facilitadores e não obstáculos para atrair pessoas e investidores para o Juncal. Parabéns ao Município pela iniciativa e acredito que irão surgir outros projetos como já foram anunciados. Aproveito para desejar a todo um Bom Natal e um Bom Ano de 2023."-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer o seguinte: " Só dar nota do seguinte: relevar a importância da ARU, sob dois pontos de vista. O primeiro é este, que foi aqui falado, e o outro é o das penalizações. De facto, ao ser constituído um território de utilidade pública, como são as ARU's, as pessoas são obrigadas a requalificar. Não o fazendo, o IMI é penalizante. É penalizado em 20% para os imóveis que estejam devolutos e é penalizado em 30% para os imóveis que estão em ruínas. Ao contrário, se esses imóveis que estão em ruínas forem reabilitados, de acordo com as regras, podem ter isenção de IMI durante cinco anos, podem ter reduções significativas no IRS, se forem para arrendamento, e também, se forem eventualmente pra primeira habitação. Portanto, há aqui um conjunto de benefícios que são importantes, e não podemos deixar de afirmar, como fizemos sempre nas sessões públicas, da necessidade de se reabilitar. Esta ARU, como outras que temos lançado, são sistemáticas e por isso configura responsabilidade para o que é público, a autarquia, neste caso. E portanto a autarquia está aqui disponível para levar por diante o plano estratégico. Esse plano estratégico, é a quinze anos, revisitado de quinze em quinze anos, as coisas podem mudar, o pico de investimentos pode ter de ser alterado, as prioridades também se podem alterar, e portanto, é disto que falamos. No próximo ano, vamos lançar a ARU para o Alqueidão da Serra, uma zona que está consolidada, também com alguma habitação degradada, também como também tem vindo a ser falado com o senhor Presidente da Junta e que agora ficou evidenciado nos Censos de 2021, e portanto, vamos lançar uma ARU para o Juncal e para o Alqueidão da Serra e vamos também lançar uma ARU em S. Jorge, depois de publicado o Plano de Pormenor. Achamos que depois destes anos todos, com a população condicionada a reabilitar, é tempo, também, de promovermos essa reabilitação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

através de uma Área de Reabilitação Urbana, que estou certo, será muito bem-sucedida."-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 11 da Ordem de trabalhos - **Proposta final de ARU+ORU de Juncal e Relatório de Ponderação da Discussão Pública** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----A bancada do Partido Socialista, face à ausência do deputado Júlio Vieira eleito pelo Partido Social Democrata, perguntou sobre a aferição desta nas votações subseqüentes à mesma, tendo a senhora Presidente da Assembleia Municipal dito que a mesma seria feita constar da ata.---

-----**12. 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós:**-----

-----**12.1. Proposta final e 12.2. Proposta de Ratificação:**-----

-----A senhora Presidente, depois de perguntar ao senhor Presidente da Câmara se queria pronunciar-se sobre os dois sub pontos do ponto 12 da Ordem de Trabalhos e depois do mesmo dizer que sim, tendo passado a apresentá-los dado terem sido aprovados em reunião de Câmara de 02.12.2022 como a seguir se transcrevem, disse:-----

-----**2.1. PROPOSTA FINAL:**-----

-----"A Câmara Municipal de Porto de Mós deliberou, em reunião pública de 6 de junho de 2019, publicado pelo Aviso n.º 14051/2019, de 10 de setembro de 2019, a abertura do procedimento de 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM de Porto de Mós, por força da alteração da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, introduzida pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio. -----

-----Findo o período de Discussão Pública, decorrido do dia 5 de setembro de 2022 a 17 de outubro de 2022 (publicado pelo Aviso n.º 16822/2022), o qual registou 104 participações, e concluída a ponderação das participações apresentadas, sujeita-se a aprovação do órgão executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual. -----

-----Nesta conformidade, caso assim o entenda, deverá o órgão executivo municipal deliberar sobre os seguintes pontos: -----

-----Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública; -----

-----Publicitação (meios e datas) dos resultados da Discussão Pública e respetivo Relatório de Ponderação; -----

-----Resposta aos participantes na Discussão Pública, nomeadamente, meios e datas;-----

----- Submissão da Proposta Final da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor de Porto de Mós à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os elementos que constituem a proposta do Plano, incluindo o Relatório de Ponderação da Discussão Pública, estão disponíveis em: <https://www.municipio-portodemos.pt/pages/1765>.-----

-----À consideração superior."-----

-----**12.2.Proposta de Ratificação:**-----

-----“A proposta da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós contém duas disposições que se encontram em desconformidade com o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (POPNSAC). Estas desconformidades prendem-se com as seguintes situações: ampliação do cemitério de São Bento e a regularização das construções adstritas à capela de São Silvestre, em Mato Velho, freguesia de Serro Ventoso. -----

-----Assim, torna-se necessário recorrer à figura da ratificação prevista no artigo 91.º do RJIGT, cujo procedimento possui natureza excepcional e incide apenas sobre as disposições desconformes com o POPNSAC. As disposições objeto de ratificação estão contempladas no âmbito da elaboração do Programa Especial do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PEPNSAC), que revogará, por substituição, o POPNSAC, nos termos do n.º 7 do artigo 198.º do RJIGT. No entanto, dado que, o PEPNSAC, apesar do seu procedimento estar em curso, ainda não foi publicado, a solução acordada entre as partes, Município de Porto de Mós e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), foi a de avançar para o presente procedimento de ratificação. -----

-----Assim, de acordo com o disposto no artigo 91.º do RJIGT, a Câmara Municipal solicita a ratificação das disposições presentes no Relatório de Ratificação (em anexo), da proposta da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal que padecem de desconformidades com o POPNSAC, através da Assembleia Municipal nos termos e ao abrigo do artigo 2.º da referida disposição legal, para posteriormente, solicitar ao Governo o desencadeamento do procedimento com vista à ratificação. -----

-----Deste modo, nos termos e ao abrigo do artigo 91.º do RJIGT, o órgão executivo municipal deverá deliberar sobre a submissão da Proposta de Ratificação à Assembleia Municipal para aprovação do pedido de ratificação a realizar pela Câmara Municipal ao Governo.-----

-----À consideração superior."-----

-----“Isto é a alteração ao PDM, decorre de uma alteração legislativa, que foi publicada em 2014, houve aqui um regime transitório e os PDM's que vão ser publicados, cuja primeira revisão fosse publicada até agosto de 2015, podiam beneficiar desse regime transitório, salvo erro, até 2018. O que aconteceu, foi que o Município de Porto de Mós, beneficiou do regime transitório, tinha o PDM em condições de poder ser publicado. O PDM de Porto de Mós, foi publicado em 2015 e teve um regime transitório e portanto a lei dos solos, em Porto de Mós, não foi alterada. Agora foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

publicado o fim do regime transitório e os municípios, têm até final de 2023 para acomodar a alteração legislativa, ou seja, na prática acaba o solo urbanizável, por defeito, também diz a lei, passa tudo a rustico, com algumas exceções. Foram essas exceções que tratamos, que concertámos, foi as que pudemos, as outras não conseguimos. E quais são as exceções, grosso modo? São todos os terrenos urbanizáveis, que estão servidos de infraestruturas, ou seja, estrada alcatroada, água e iluminação. Isto é básico e que foi obrigatório. Numa fase inicial de concertação, algumas destas situações foram aceites pelas entidades, que são muitas, outras não foram aceites. Ainda assim fizemos discussão pública. Na discussão pública, especificamente e relativamente a esta questão de solos, houve um conjunto de participações, cerca de cem, das quais ainda foram aceites algumas, porque os nossos técnicos fizeram o trabalho, apresentaram-no, e desse trabalho, resultou a aceitação de algumas situações, em que efetivamente se confirmou que havia infraestruturas. Nas situações em que foi aceite, o que nós concertámos também, é que, se dum lado reclamou e tinha infraestrutura, do outro lado da estrada também foi aceite, desde que o terreno fosse urbanizável e não tivesse outras condicionantes. Há aqui um pormenor, que não deixa de ser muito importante, o ICNF, que tinha o compromisso de publicar, neste meio tempo a recondução do Plano do Parque a Programa, não o fez. E nós, durante este período, negociámos com o ICNF, um conjunto de alterações para serem acomodadas na nova carta, no seu Programa. E o Programa do ICNF, o que é que tem de diferente do Plano? Na prática, o ICNF, deixa de ser consultado, desde que se cumpram as regras do nosso PDM. O Programa é um instrumento de gestão do território, inferior ao PDM. O Plano é superior ao PDM. Por isso é que temos que consultar cada vez que há alguma questão. No que diz respeito ao ICNF, este como concertou tudo, nós introduzimos aqui neste documento, essas alterações, mas quando foi a votação, o ICNF votou contra, porque o instrumento de gestão que tem em vigor, não é o novo, é o antigo, com o qual estava desalinhado. Então tivemos que realinhar um conjunto de alterações que tínhamos aqui, e foram aceites duas exceções, que é o cemitério de S. Bento e é a legalização do Salão de S. Silvestre, porque essas estavam acordadas já antes, e como estavam antes acordadas, o ICNF, aceitou que assim acontecesse. Por isso, é que vem aqui um pedido para a Assembleia Municipal aprovar, remeter para o Governo, a ratificação destas duas situações, que há partida, o ICNF diz que vai dar parecer favorável. Assim, sendo ratificado, ficamos já, com a possibilidade de S. Bento ampliar o cemitério, e que bem precisa, e ficamos com a situação de S. Silvestre, também devidamente regularizada. Portanto, são estas duas situações que são as mais excecionais e que por esta razão, têm de vir aqui num ponto à parte, mas a Assembleia não vai aprovar a ratificação, só vai aprovar, remeter ao Governo a ratificação. Esta era a nota que queria dar. A restante fez parte da concertação, nós não conseguimos. Os municípios, quando estão em concertação por causa do território, o conflito é sistemático. Do outro lado as entidades querem solo rustico, não é necessário porque analisam o concelho numa base estatística, e segundo os Censos 2021 estamos a perder população, porque é que queremos aumentar solo urbano. Nós temos a outra visão,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também temos direito a ambicionar crescer, ter crescimento da população, ter crescimento urbano, e é na negociação desta gestão de conflitos, que muitas vezes se ganha ou se perde para o território. Nós vamos ter muito urbanizável que vai passar a rustico, não reúne condições legais para ser urbano, vamos ter algum rustico que vai passar a urbano, porque foi decidido nessas condições e foi o que conseguimos fazer. Este é o documento que temos. O ponto 1, é para votar a proposta final, e o ponto 2, é aprovar que estas duas situações vão para ratificação".-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD):**-----

-----"Boa noite senhora Presidente, na sua pessoa, cumprimento todas as pessoas presentes. Eu hoje vou votar esta proposta a favor, porque, há sete ou oito anos isto foi ao cineteatro para aprovação e houve uma pessoa que votou contra e que fui eu. E votei contra, porque o PDM que foi aprovado, em cima de uma lei que já não estava em vigor. Portanto, eu pergunto ao senhor Presidente quanto é que isto custou ao Município, e se é verdade ou não, quando nós aprovámos o PDM, que lei que estava em vigor já era esta, só para que fiquem a saber. Mas a PSD também votou a favor, votaram todos. Eu fui a única pessoa que votou contra. E chamaram-me doido, e afinal, hoje estamos aqui a fazer uma revisão que custa dinheiro ao Município, e que poderia ter sido feito há sete anos atrás. A todos umas Boas Festas. Obrigado."-----

-----O senhor Presidente respondeu que: "de facto, a lei estava aprovada, mas com a lei, saiu também um regime transitório. E eu já o disse na apresentação pública, no cineteatro, há dias, e vou repetir, se há oito anos fosse eu que cá estivesse, se calhar fazia o mesmo – aproveitava o regime transitório. Não digo que isso é correto se existe um regime transitório, é porque as pessoas não estavam preparadas para uma de duas coisas. Em primeiro lugar, porque se a alteração ao PDM tivesse sido publicado, eu acredito que muitas das áreas onde entretanto se construiu, durante estes cinco anos, algumas delas, zonas de desenvolvimento importantes para Porto de Mós, até em termos urbanos, se eventualmente, o PDM tivesse sido aprovado a pensar nesta lei, só exclusivamente nesta lei, eu acredito seriamente que teria que ter uma negociação atempada, diferente. Não foi o que aconteceu. O PDM de Porto de Mós, quando foi aprovado em 2015, já tinha iniciado a revisão há 14 anos, e em 14 anos, muda muita coisa, principalmente em termos de gestão do território. Na altura foi assim, nós por força da pressa, de se entrar nessa necessidade de cumprir prazos, por causa do regime transitório, temos hoje uma alteração que vai entrar em revisão no próximo ano, inevitavelmente, porque aí sim, se não entrarmos em revisão do PDM, pomos em causa o desenvolvimento do concelho nalgumas áreas, que hoje são zonas de desenvolvimento. Hoje os instrumentos de gestão, não somos nós que os fazemos, só acompanhamos. Esta alteração ao PDM custa cerca de cinquenta mil euros."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 12.1 da Ordem de Trabalhos - **1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós: 12.1. Proposta final** – tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Por se ter verificado um lapso na redação do ponto 12.2 da Ordem de Trabalhos, a senhora Presidente colocou ao plenário, antes de efetuada a votação deste ponto, a sua alteração para: **1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós: 12.2. Proposta para a Câmara Municipal solicitar ao Governo o desencadeamento do procedimento com vista à Ratificação**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente pôs a votação o ponto 12.2 da Ordem de Trabalhos - **1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós: Proposta para a Câmara Municipal solicitar ao Governo o desencadeamento do procedimento com vista à Ratificação** – tendo a mesma sido igualmente **aprovada por unanimidade**.-----

-----**13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que está disponível para prestar qualquer esclarecimento e disse que queria dar aqui duas ou três notas. “Querida convidar os senhores deputados a visitarem amanhã a aldeia de Natal e da parte da tarde, vai lá estar o campeão do mundo de ralis, Rui Madeira, e também no domingo, a apresentação de um livro no Cineteatro sobre os Líquenes e musgos do concelho de Porto de Mós” Fez ainda alusão à exibição do filme O Último Oleiro, também no Cineteatro de Porto de Mós, no domingo.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que queria perguntar ao senhor Presidente se há algum andamento sobre o Terreiro junto ao Cruzeiro. Disse depois que não sabia se tinha analisado bem, mas um terrenos e quintal, com um terreno urbano junto à Igreja do Juncal, mas o que sabe é são quarenta e sete mil euros e no Juncal eram sessenta mil. Outra situação que referiu tem a ver com a envolvente da Central serem em pavê e para a qual ele próprio alertou a dada altura. Agora na curva do Manjolo, verifica que os passeios voltam a ser em pavê, quando o senhor Presidente já disse que Porto de Mós integrava uma candidatura da calçada portuguesa a Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO). Lamenta que ninguém faça um reparo sobre este tipo de situações. Terminou desejando a todos um Feliz Natal.-----

-----**Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS):**-----

-----Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia e em seu nome todos os presentes e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quem está lá em casa. Interpelar o senhor Presidente da Câmara relativamente à iluminação pública. Todos sabemos que devemos reduzir os nossos gastos energéticos, pelo bem comum, mas à exceção da vila, todo o resto do concelho é desligada a iluminação durante o período da noite e como sabemos, o sol agora nasce bastante mais tarde, e antes das sete da manhã é difícil ver. Temos recebido de alguns munícipes, algumas contestações, nomeadamente daqueles que exercem atividades que os fazem levantar mais cedo da cama e que começam mais cedo a trabalhar, como são por exemplo os padeiros. Alguns têm falado do assunto mostrando algum descontentamento, também porque quando fazem a distribuição do seu produto nas aldeias em que por vezes a 20m metros começa outro concelho, como o de Leiria ou de Alcobaça, e em que isso não se verifica. Eles mostram alguma indignação por isso, e também a questão de poderem ocorrer acidentes. Durante a noite, se não houver estrelas, é muito difícil, conduzindo, ver uma pessoa que vá a pé, mesmo que esta vá com colete. Ainda na semana passada me relataram uma situação na Cruz da Légua em que iam atropelando uma pessoa, devido a não haver mesmo luz nenhuma. Lembrar que a iluminação pública existe porque alguém provou há décadas, ser necessária às comunidades". Questionou depois o senhor Presidente da Câmara sobre se já existe, relativamente aos meses em que este procedimento está em curso, alguma quantificação quanto à redução de custos de energia. Perguntou depois se não havia soluções alternativas que se pudessem conjugar, sugerindo que se ligasse um poste, deixando outro ligado e assim sucessivamente, por exemplo, mas com certeza que, quem trabalha nesta área poderá fazer outras sugestões mais válidas e menos onerosas. Terminou desejando um Santo Natal a todos e um Ano Novo cheio de Saúde e Paz.-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----Usando da palavra disse ter pedido a mesma apenas para desejar as Boas Festas, desejando a todos que possam viver esta quadra em harmonia e com saúde, desejando ainda que o ano de 2023, não se revele tão ruim e tão penoso como agora se prevê. Boas Festas a todos.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que também pediu a palavra apenas para desejar um Feliz Natal e que o ano novo seja um ano de prosperidade, de Saúde acima de tudo, e de Paz.-----

-----O senhor Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo em relação ao pavê, que o técnico não recomenda calçada naquela inclinação, e portanto, hoje, as seguradores, se houver um acidente, pedem justificação de tudo, até as condições técnicas em que uma estrada é feita ou um passeio é feito. Não se trata de qualquer distração, mas apenas de uma recomendação técnica que foi acolhida e acautelada. "Dizer-lhe também, que os seiscentos e tal metros que está a dizer, um dos terrenos é junto à Associação Nova Vida em S. Jorge, que vai

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser ocupado por esta Associação provavelmente, o outro terreno foi ocupado por nós, onde fizemos o parque de estacionamento atrás do Castelo, e o outro é aquele que o senhor referiu. Não são bocados de terrenos agrícolas, são terrenos urbanos todos eles, e que vão para a posse do Município. Sobre a questão da iluminação pública, os municípios tomaram as medidas que entenderam, eu reconheço a importância que tem a iluminação pública, nós chegámos a debater a possibilidade de desligar lâmpada sim, lâmpada não. A opção foi esta, até porque já houve no concelho de Porto de Mós, uma situação destas e gerou muita polémica. A opção foi esta e ainda bem que foi, porque temos uma redução de consumo de 30%, o que é muito significativo nas contas do Município. Como sabem, tivemos um aumento dos custos de energia em 2022, de quase um milhão de euros, em conjunto com o gás e o aumento dos combustíveis, passou um milhão de euros. A iluminação pública neste momento acende às 18 horas e desliga cerca de uma hora e meia antes do nascer do sol. Mas quero-lhe dizer também que não há exceções. A vila de Porto de Mós não está iluminada. Feliz Natal a todos-----

-----A senhora Presidente da Assembleia disse que, havendo nesta Assembleia uma manifestação de interesse na visita da Assembleia da República, iria pedir à senhora deputada desta Assembleia Municipal Olga Silvestre, e também Deputada da Nação, que a ajudasse nessa tarefa, posto o que o comunicaria aos interessados, para que se pudessem inscrever.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 (12.1, e 12.2) da Ordem de Trabalhos**, procedendo à sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia desejou a todos um Feliz Natal e um Ano Novo com muita esperança e saúde e declarou a sessão encerrada às 21.00 horas do dia 16 de dezembro de 2022, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

